

## ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Nos dias vinte e vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, no auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília/DF, realizou-se a décima segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Gestão 2010-2013, para tratar das seguintes Pautas: 1º) Abertura da 12ª Reunião e informes da Ministra; 2º) Apresentação da nova Coordenadora-Geral do CNDM Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos e da nova funcionária, Daniela Fátima Nimer Leal; 3º) Apresentação das novas Conselheiras da Sociedade Civil: a) Arlene Bittencourt Sabóia/CGTB; b) Maria Aparecida Schumacher/AMB; e das Conselheiras Governamentais: c) Clélia Brandão A. Craveiro (Titular) e Fábio Meirelles (Suplente) - MEC; d) Karla E. Ribeiro Hora (Titular) - MDA; e) Carla Bezerra (Suplente) – Secretaria Geral da Presidência da República; f) Teresa Sacchet (Titular) - MDS 4º) Justificativa das Ausências; 5º) Informes da Secretária Executiva Lourdes Bandeira e das Conselheiras que representaram o CNDM na Oficina do Planejamento Estratégico da SPM; 6º) Relatos dos conteúdos advindos das Câmaras Técnicas 7º) Informe da Ministra Eleonora Menicucci sobre as comemorações do 8 de março; 8º) Rodada de informes das Conselheiras Governamentais e da Sociedade Civil sobre a organização do 8 de março; 9º) Discussão aberta às conselheiras para definição das prioridades do CNDM frente ao PNPM e ao Planejamento Estratégico da SPM (2013-2014) na perspectiva da elaboração da Agenda Política de Ação do CNDM; 10º) Discussão, Reflexão e Posicionamento sobre a PNAISM na perspectiva do SUS por Vera Soares – Secretária de Articulação Institucional da SPM e Rurany Silva – Coordenadora da Saúde da SAIAT/ SPM; 11º) Discussão sobre a finalização do mandato (2010-2013) e formação de uma Comissão Eleitoral para propor os termos do Processo Eleitoral (Gestão 2014-2017); 12º) Apresentação do estudo feito pela equipe do CFEMEA, representada por Guacira César de Oliveira, sobre “as mudanças no ciclo orçamentário do Governo Federal e as implicações para o controle das ações nas políticas para as mulheres”, seguido de análise, reflexão e contribuições propositivas das Conselheiras. Estiveram presentes as seguintes Conselheiras Governamentais: I) Eleonora Menicucci - Ministra e Presidenta do CNDM; II) Lourdes Bandeira – Secretária-Executiva/SPM; III) Carla Bezerra – Suplente/Secretaria Geral/PR; IV) Magaly de Carvalho Correa Marques/Casa Civil/PR; V) Maria Isolda Dantas de Moura – Suplente/MDA; VI) Teresa Sacchet – Titular/MDS; VII) Clélia Brandão Alvarenga Craveiro – Titular/MEC; Fábio Meirelles – Suplente/MEC; VIII) Fernanda Alves dos Anjos – Titular/MJ; IX) Maria do Rosário de Holanda C. Cardoso – Titular/MPOG; X) Maria Esther Albuquerque Vilela – Titular/MS; XI) Fernanda Tansini – Suplente/MRE; XII) Maria Cristiana B. Carneiro – Suplente Interina/MTE. Conselheiras da Sociedade Civil: XIII) Maria Aparecida Schumacher/AMB; XIV) Maria das Dores do Rosário Almeida/AMNB; XV) Glória Márcia Percinoto/ABMCJ; XVI) Gláucia de Fátima Morelli/CMB; XVII) Sueli Maria de Fátima Santos/FENATRAD; XVIII) Graciela Susana Rodriguez/Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global; XIX) Silvana do Amaral Veríssimo/FNMN; XX) Maria Goretti Gomes/LBL; XXI) Cláudia Rejane de Barros Prates/MMM; XXII) Maria das Graças de Figueiredo Costa/MAMA; XXIII) Vera Lúcia Machado/REF; XXIV) Maria José Oliveira Araújo/RNFS; XXV) Lúcia Helena Rincon/UBM; XXVI) Sueli Batista dos Santos/BPW Brasil; XXVII) Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino/ABRASCO; XXVIII) Rosane da Silva/CUT; XXIX) Carmen Helena Ferreira Foro/CONTAG; XXX) Arlene Bittencourt Sabóia/CGTB; XXXI) Marilda Castelar/CFP; XXXII) Liliane Barbosa Oliveira/UNE; XXXIII) Sônia Maria Zerino da Silva/CNTI; XXXIV) Maria Betânia de Melo Ávila/Notório Conhecimento nas Questões de Gênero. Estiveram também presentes: XXXV - Vera Soares – Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas/SAIAT/SPM; XXXVI - Tatau Godinho – Secretária de Avaliação e Autonomia Econômica/SPM; XXXVII - Sônia Malheiros – Assessora Especial do Gabinete da SPM; XXXVIII - Graça Carvalho – Coordenadora Geral de Gestão da Diretoria de Administração Interna/SPM; XXXIX - Cilene de Freitas – Técnica de Suporte da Assessoria de Comunicação/SPM; XL - Rurany Ester Silva – Coordenadora da Saúde da Mulher/SAIAT; XLI - Ângela Nascimento/SEPPPIR; XLII - Verônica Diano – Convidada/MEC. A Ministra **Eleonora** abriu a 12ª Reunião Ordinária do CNDM expressando sua satisfação em acolher as Conselheiras na primeira reunião do ano de 2013. Após saudar e dar as boas vindas a todas, anunciou os dez anos de existência da SPM (2003-2013), motivo

55 de celebração. E como recordação falou do “*Moleskine*” uma singela lembrança da SPM. Em seguida  
56 apresentou a nova Coordenadora-Geral do CNDM Rosa de Lourdes, comprometida e séria que conhece  
57 muito bem o funcionamento do Conselho. Várias conselheiras pediram a palavra e, em síntese,  
58 expressaram satisfação pela indicação da Rosa, concedendo-lhe a palavra, a qual agradeceu a todas  
59 pelas solidárias palavras de acolhimento e comentou: “o conselho será aquilo que nós, em conjunto,  
60 queiramos que ele seja”. Disse assumir esse cargo inteira e certa de poder contar com todo apoio da  
61 Ministra Eleonora, da Secretária Executiva Lourdes e de todas/o as/o conselheiras/o. Concluiu dizendo  
62 que o tempo político para tomada de decisões exige agilidade e, que, portanto, é necessário estarmos  
63 juntas nos processos que demandem decisões coletivas. E que contassem com todo seu respeito e isenção  
64 nas decisões do CNDM. A Ministra **Eleonora**, dando sequência à reunião, dirigiu-se à **Schuma** que  
65 retornou ao CNDM, dando-lhe as boas vindas. Estendeu as boas vindas à **Arlene Sabóia/CGTB** e às  
66 novas conselheiras governamentais. Na sequência justificou a ausência das conselheiras: **Justina**  
67 **Inês/MMC**, **Isis Tavares Neto/CNTE**; **Jacqueline Pitanguy/Notório Conhecimento**; **Sueli**  
68 **Carneiro/Notório conhecimento** e **Clara Charf/Conselheira Emérita**. Em seguida, a Ministra se  
69 desculpou pela necessidade de se ausentar logo mais devido a compromisso junto à Casa Civil para  
70 tratar da agenda das comemorações do dia 8 de março e informou que nesse dia a SPM e a Presidenta  
71 Dilma realizarão um ato comemorativo no Planalto e que gostaria de contar com a presença de todas.  
72 Esclareceu que nesse dia a Presidenta anunciará um importante programa na área do enfrentamento à  
73 violência contra as mulheres, de execução da SPM. O programa contará com substancioso recurso do  
74 governo federal e envolverá vários ministérios, o que certamente irá empoderar as gestoras das  
75 secretarias de políticas para as mulheres dos estados, das capitais e dos municípios pólos. Comentou  
76 que ontem (19/2), no Encontro do Movimento de Mulheres Camponesas, ela pautou sua fala em cima do  
77 enfrentamento à violência e anunciou que iria fortalecer cada vez mais essa luta. Informou também que  
78 o Diário Oficial divulgou a Portaria Ministerial que trata do II Plano Nacional de Enfrentamento ao  
79 Tráfico de Pessoas, sob a coordenação do Ministro da Justiça, **José Eduardo Cardozo**; da Ministra  
80 da Secretaria de Direitos Humanos, **Maria do Rosário** e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, na  
81 sua pessoa. Comentou que integrar essa coordenação tripartite tem especial importância para a SPM.  
82 Continuando os informes referiu-se à realização da 57ª Reunião da CSW e esclareceu que a delegação da  
83 SPM, chefiada pela Secretária Executiva **Lourdes Bandeira**, foi composta pela Assessora Internacional  
84 **Silvia Whitaker**; pela Secretária de Enfrentamento à Violência **Aparecida Gonçalves** e a Assessora  
85 Técnica dessa Secretaria, **Maria Angélica** e pela representante do CNDM, **Gláucia Morelli/CMB**.  
86 Além de integrantes dos Ministérios da Justiça; da Casa Civil, do MDS; da Educação e de uma  
87 representação do Conselho Nacional da Justiça. A Conselheira de Notório Conhecimento,  
88 Jacqueline Pitanguy e Télia Negrão (RNFS), representantes da sociedade civil, solicitaram autorização  
89 para integrar a delegação brasileira e foram atendidas. Além do Deputado Estadual do Rio Grande do  
90 Sul (Coordenador do Movimento de Homens na Luta Contra a Violência da Mulher da Frente  
91 Parlamentar), Sr. Edegar Pretto. Outro informe foi sobre a realização da Oficina do Planejamento  
92 Estratégico da SPM (2013-2014), realizada nos dias 5 e 6 de fevereiro, que contou com a  
93 participação das três representantes do CNDM, **Maria do Rosário/MPOG**, integrante da Câmara  
94 Técnica de Planejamento e Orçamento; **Vera Machado/REF**, Presidenta da Câmara Técnica acima  
95 citada e **Aparecida Sueli Carneiro/de Notório Conhecimento**. Explicitou que essa participação foi um  
96 marco para a SPM e que as contribuições se deram em clima de extremo respeito e transparência.  
97 Agradeceu a disponibilidade e o interesse das três em participar de todo o processo. Ao final, a  
98 palavra foi aberta ao Pleno, **Lúcia Rincon/UBM** cumprimentou a Ministra pela sua positiva atitude em  
99 convidar o Conselho para participar da elaboração do PE, uma excelente iniciativa. Nesse momento  
100 passou a coordenação da reunião para a Secretária Executiva **Lourdes** que, após dar as boas vindas às  
101 conselheiras, reiterou a importância do CNDM para a SPM, referindo-se a uma relação cada vez  
102 mais articulada e estreita, não só pela participação do Conselho no PE, mas por participação em  
103 outras ações exercidas pela SPM. Solicitou uma rodada de apresentação e iniciou se apresentando  
104 dizendo: “para quem não me conhece sou Lourdes Bandeira. Na verdade, sou professora da  
105 Universidade de Brasília e estou aqui na SPM, agora como Secretária Executiva. Integrei a equipe  
106 na época da Ministra Nilcéa Freire, era Secretária de Planejamento; retornei com a Ministra Eleonora”.  
107 Em seguida, informou sobre a 1ª reunião do ano do Comitê de Monitoramento do PNPM, que ocorreu  
108 no dia 19/2. Informou que o PNPM está concluído e se encontra na Casa Civil para os acertos finais.  
109 Esclareceu que o atual Plano tem menos ações finalísticas, seu caráter é muito mais articulador e que  
110 todos os ministérios parceiros, representados no Comitê de Monitoramento, tiveram que se posicionar  
111 a respeito, e, fizeram favoravelmente. Na sequência informou sobre a proposta do Senado Federal de

112 realizar um documentário sobre os 25 anos da Constituição de 1988, que constará de uma exposição  
113 fotográfica recuperando a Constituinte, a Carta das Mulheres e outros fatos de embates políticos.  
114 Informou que os organizadores pretendem também recuperar depoimentos das deputadas da época. E  
115 que na conversa que teve com eles lembrou-se da presença de algumas conselheiras que  
116 protagonizaram esse período da história como Betânia e Schuma. Para tanto, consultou-as se  
117 gostariam de participar do documentário redigindo um pequeno depoimento sobre aquele período.  
118 Esclareceu que a recuperação histórica irá do início do século até os dias atuais e contará, inclusive, com  
119 legislações que as mulheres parlamentares incidiram. Na sequência, **Ester Vilela/MS** referindo-se ao  
120 Seminário de Avaliação do PNAISM, informou que a primeira ação é atualizar a PNAISM através  
121 de pactuação no *site* e que essa ação vem sendo desenvolvida com a participação da SPM e da SEPPIR e  
122 de outros organismos que vêm contribuindo na elaboração da metodologia e da organização do  
123 Seminário. Este contará com a presença das Ministras **Eleonora/SPM** e **Luiza Bairros/ SEPPIR** e do  
124 Ministro da Saúde, **Alexandre Padilha**. Informou que na próxima semana aconteceria uma reunião  
125 “pré-seminário” com lideranças dos movimentos de mulheres coautoras da PNAISM com a finalidade  
126 de incluir no debate temas da atualidade embasada às novas legislações do SUS, para que se torne  
127 uma política pública pactuada com os estados e municípios para sua implementação. Entrando na pauta  
128 da Oficina do Planejamento Estratégico (2013-2014), a Secretária **Lourdes** depois de relatar o processo  
129 inicial de sua elaboração sob a coordenação das assessorias do gabinete e dos dois consultores da  
130 ENAP (responsáveis pela coordenação do trabalho), informou que o P.E constou de um conjunto de  
131 entrevistas feitas junto às secretárias, diretoras e coordenadoras da SPM, e, em seguida apresentou o  
132 *power point/síntese*, especificando a missão e os objetivos estratégicos, focando os do nº 3 – fortalecer  
133 a participação da sociedade civil e o controle social; fortalecer a atuação do CNDM no diálogo das  
134 políticas para as mulheres com a sociedade e as ações propostas : criação da rede de conselhos  
135 estaduais e municipais; disseminação de informações pelo CNDM sobre sua atuação e sobre as  
136 políticas para as mulheres e participação de conselheiras em comissões nacionais e delegações nacionais  
137 e internacionais. Ao final **Vera Machado/REF** falou da importância da participação do conselho nesse  
138 processo e comentou que o debate resultou na definição das prioridades da SPM em relação às  
139 políticas para as mulheres e que agora caberia ao CNDM controlar e monitorar suas ações. **Maria do**  
140 **Rosário/MPOG**, agradecendo o convite feito pela SPM, alegou que foi uma atitude inédita, porque de  
141 modo geral, PE institucional é momento para o órgão pensar como deve agir e é uma ação mais  
142 interna. Um momento de se pensar nos pontos que precisam melhorar para melhor responder à  
143 sociedade. Esclareceu que sua participação se deu como integrante do conselho e não como servidora do  
144 MPOG. Informou que na divisão dos grupos ficou no que estava a Secretária Lourdes e que lá  
145 discutiram a transversalidade das políticas para as mulheres e o fortalecimento da SPM. **Carmem**  
146 **Foro/CONTAG**, reconhecendo a importância da representação do CNDM na elaboração do PE,  
147 ressaltou que quando se planeja é porque se quer acertar e a SPM está com um planejamento que  
148 leva em conta as prioridades de suas ações e também as do conselho, um importante instrumento.  
149 Expressando seu respeito ao relato feito, chamou atenção sobre o conceito da missão alegando que  
150 também teria a ação mobilizadora, pois o próprio conselho tem a missão de mobilizar por dentro e  
151 por fora do governo. A Secretária **Lourdes** esclareceu que talvez o que mais tenha mobilizado a  
152 SPM foi o momento em que se definiu sua missão, pois resultou de vários debates junto às secretárias,  
153 diretoras e assessoras da SPM. Considerou um grande ganho para a instituição dado a possibilidade de  
154 um reordenamento interno. Finalizou informando que a oficina contou também com a participação  
155 extremamente significativa do observatório, da ouvidoria, da assessoria parlamentar, da assessoria  
156 internacional e das assessorias especiais que integram o gabinete da ministra A respeito da ata, **Glória**  
157 **Percinoto (ABMCJ)** sugeriu que ela fosse mais resumida para facilitar a leitura. A sugestão foi  
158 ponderada pela Secretária **Lourdes** que esclareceu ser prática usual o CNDM elaborar uma ata  
159 completa por conta da sua importância histórica, a de preservar a memória das reuniões. Lembrou  
160 que todas as atas, depois de aprovadas pelo Pleno, são disponibilizadas no site da SPM, por isso mantê-  
161 la da forma que é elaborada tem sua importância. Dando sequência aos informes, o Conselheiro  
162 Suplente do MEC, Sr. **Fábio Meirelles** apresentou em *power point* os conteúdos programáticos da  
163 Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública e  
164 informou que integrantes do Conselho Tutelar, dos Conselhos dos Direitos (Humanos, da Mulher, da  
165 Igualdade Racial) da Saúde, da Assistência Social, da Segurança Pública, poderiam fazer os cursos,  
166 além dos profissionais do campo da educação. Ao final, solicitou às conselheiras que ajudassem  
167 na divulgação e tentassem convencer os secretários de educação (estaduais e municipais) para  
168 priorizarem o IGDE. Na sequência, a Secretária **Lourdes** informou que o curso apresentado por Fábio

169 foi resultado de uma parceria da SPM com o CLAM/UERJ e o MEC. Referiu-se ao conjunto da  
170 publicação (quatro volumes) que tem o protagonismo da SPM que junto com o MEC coordenou e  
171 realizou o trabalho. Com postura positiva e agregadora chamou a atenção para a necessidade de  
172 também se afirmar, nessa apresentação, o crédito e o protagonismo da SPM, e lhe entregou os  
173 volumes. **Fernanda dos Anjos/MJ** informou sobre a publicação do Decreto 7.901 de 25/02/2013 que  
174 criou a Coordenação Tripartite do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; se  
175 tratou mais de uma formalização porque na prática, há mais de dois anos, os Ministérios  
176 (Justiça, SPM e SDH) se reúnem mensalmente para definir estratégias de coordenação e  
177 estabelecer diálogos com os 17 ministérios signatários das ações, numa perspectiva federativa  
178 para que qualquer caso tenha imediata resposta pública, seja por meio de um dos ministérios ou  
179 das ações em parceria com estados e municípios. Informou que o Decreto trás uma novidade, a  
180 institucionalização do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instância  
181 participativa de caráter paritária com característica inovadora. Esclareceu que a formatação do  
182 Comitê está sendo acompanhada de perto pela Secretaria Geral da Presidência por ter configuração  
183 Intersectorial. O CONATRAP será composto por quatro representações do Min. da Justiça; uma da  
184 SPM; uma da SDH; uma do Min do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que ainda terão  
185 assentos assegurados sete representantes da sociedade civil e um dos representantes do Conselho  
186 Nacional de Assistência Social; dos Direitos da Criança e do Adolescente; dos Direitos da Mulher e da  
187 Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Este Plano é uma conquista que resultou  
188 de um processo participativo muito amplo e que envolveu, pela primeira vez, a oitiva da comunidade de  
189 brasileiros no exterior. Foram realizadas 20 plenárias livres com a comunidade de brasileiros no  
190 exterior e com atores que, fora do país, também se identificam e convivem com esse fenômeno  
191 criminal. O Plano, a ser implementado ao longo dos quatro anos, será divulgado à sociedade  
192 brasileira no dia 25/02 com uma coletiva dos três ministros junto à imprensa com o intuito de informar  
193 e tirar dúvidas. **Lúcia Rincon/UBM** informou que participa do Fórum Nacional de Educação,  
194 representando a UBM e que o mesmo acabou de convocar a Conferência Nacional de  
195 Educação/CONAE 2014 e que no mês de março acontecerão as conferências municipais e até junho as  
196 estaduais. Após detalhar o processo de organização propôs reunir-se com quem milita nesse campo  
197 para começar a construir a representação feminista. A Conselheira **Sueli Batista/BPW** Brasil  
198 informou sobre o Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios, uma parceria da SPM com a BPW Brasil e a  
199 Fundação Nacional de Qualidade. Esclareceu que esse Prêmio existe desde 2004 e que este ano passou  
200 por algumas reformulações para atender um maior número de mulheres, as que se encontravam com  
201 renda menor. Portanto, concorreram empreendedoras individuais o que resultou no aumento do  
202 número de histórias em relação ao ano passado. A entrega do Prêmio será no dia 7/5, às 10:30h, no  
203 SEBRAE Nacional. **Maria das Graças Costa/MAMA** referindo-se ao informe dado por  
204 Fernanda/MJ a respeito do tráfico de pessoas, relatou o que vem acontecendo no Pará, exemplificando  
205 o desbaratamento de um esquema forte de tráfico de pessoas no Município de Altamira. O problema se  
206 alastra, do Pará e da Região, para o Suriname, para a Europa, são rotas já muito conhecidas e que  
207 funcionam permanentemente nos Shoppings de Belém e as pessoas atuam de forma bem aberta. Na  
208 sequência dos informes, **Estela Aquino/ABRASCO**, por integrar do Comitê do Prêmio  
209 “Construindo a Igualdade de Gênero”, representando o CNDM, falou da ampliação do mesmo e,  
210 conseqüentemente do aumento no número de inscrições. Foram 958 trabalhos inscritos em todos os  
211 níveis, os quais são distribuídos entre os integrantes do Comitê, dos quais 76 ficaram sob a sua  
212 responsabilidade e lhe deram muito trabalho. Mas que percebeu como alguém que vem monitorando a  
213 produção de gênero no campo acadêmico que hoje não se tem só o aumento quantitativo, se tem uma  
214 mudança qualitativa em todas as áreas. É realmente uma coisa emocionante ver essa mudança, do  
215 Acre ao Rio Grande do Sul. Ainda há uma concentração muito grande no Sudeste, não só no eixo  
216 Rio - São Paulo, mas também em Minas Gerais. Pelos trabalhos inscritos, há possibilidade de se  
217 indicar prêmios de todas as regiões do país. E do ponto de vista disciplinar também, áreas  
218 insuspeitas para mim, como por exemplo, gênero e arqueologia, gênero e contabilidade expressam uma  
219 pujança e que, portanto, participar dessa iniciativa contribui para estimular orientadores que  
220 eventualmente não se sensibilizariam para orientar trabalhos desse tipo. E essas iniciativas, em  
221 termos das políticas públicas contribuem para que o tema possa ser trabalhado em diferentes campos  
222 disciplinares. Se seguir nessa progressão não teremos como manter pequenos comitês para avaliarem  
223 tantos trabalhos. **Maria Isolda/MDA** informou que em setembro desse ano o MDA realizará a 2ª  
224 Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. O processo das conferências

225 territoriais, (método usado pelo MDA), a “territorialização” de suas políticas, acontecerá a partir de  
226 março e abril e as estaduais, em junho e julho. A novidade dessa conferência é que o MDA adotará  
227 obrigatoriamente a paridade nas conferências territoriais, estaduais e na nacional. Foram  
228 estabelecidas cotas para a juventude e uma cota especial para os povos de comunidades tradicionais  
229 que serão eleitos delegados em um modelo à parte, para garantir que delegadas/os estejam de fato  
230 presentes na conferência nacional. O MDA está afirmando que é bom viver no campo, que é possível  
231 ser feliz no campo. A ideia que está sendo construída é que o tema da conferência seja “O Brasil rural  
232 com o jeito que a gente quer”. O desafio está posto para nós de fazermos a 1ª conferência mista e  
233 também com paridade aqui no Governo Federal. **Lúcia Rincon/UBM** informou que vai enviar às  
234 conselheiras o documento de referência para a Conferência da Educação, solicitando a sua leitura.  
235 **Cláudia Prates/MMM** lembrou às conselheiras sobre a nota veiculada pela Marcha referente ao  
236 julgamento do estupro coletivo praticado pelos integrantes da banda New Hit. Solicitou não só sua  
237 leitura, mas a assinatura de apoio e que o CNDM a ratificasse. A Secretária **Lourdes** sugeriu que a nota  
238 fosse impressa para conhecimento de todas, o que foi providenciado. **Estela Aquino/ABRASCO**  
239 referindo-se à nota da MMM, falou da importância de se apoiar essa iniciativa considerando a gravidade  
240 do problema e que tem um papel simbólico porque se trata de jovens. Diz que não só o CNDM deve  
241 se manifestar, mas todas as entidades que congregam o Conselho. Na sequência a Secretária **Lourdes**  
242 informou que, em novembro de 2012, a SPM criou um concurso para o protagonismo exclusivo das  
243 mulheres negras, sem nenhum critério classificatório. Um concurso em duas modalidades: a de uma  
244 redação individual, um relato de história de vida enquanto sujeitos sociais, e, a outra, um pouco mais  
245 complexa, a de um ensaio sobre a temática da luta pela conquista da igualdade racial. Nessa primeira  
246 edição, inscreveram-se mais de 500 trabalhos. Finalizou dizendo que a experiência mostrou a  
247 necessidade de novas edições nos próximos anos. **Graciela Rodriguez/Equit**, dirigindo-se à Secretária  
248 **Lourdes**, quis saber dos motivos pelos quais o governo brasileiro ainda não havia respondido o  
249 questionário informando sobre o processo do Cairo+20, dizendo que as integrantes da CT tomaram  
250 conhecimento através do informe dado por **Fernanda Tansini/MRE** de que foi entregue mas com  
251 várias lacunas e que o ministério está tentando entregá-lo no dia 19. Nós integrantes da CT Assuntos  
252 Internacionais solicitamos que ele se faça público e que seja de conhecimento de todas. Informou que  
253 tinha conhecimento de que o questionário havia sido encaminhado, mesmo que incompleto, por conta  
254 do prazo. A presidenta da CT de Assuntos Internacionais, **Cláudia Prates/MMM** informou que na CT  
255 foram discutidos vários pontos, incluindo o informe sobre o Plano Estratégico de Ação Social do  
256 MERCOSUL (PEAS) e sobre os avanços importantes na área econômica e social. Houve também  
257 informe dado por **Isolda/MDA** sobre o Seminário da FAO, bem como foi apresentado um resumo da 2ª  
258 reunião da RMMAM, que aconteceu em dezembro/2012, da qual participou representando o CNDM. A  
259 presidenta da CT de Legislação e Normas, **Rosane da Silva/CUT** informou que no ano passado as  
260 integrantes da Câmara discutiram, em profundidade, um conjunto de temas relacionados ao mundo do  
261 trabalho, como a PEC das trabalhadoras domésticas, que já no ano passado alcançara importantes  
262 vitórias no Congresso Nacional. Informou que na reunião dessa manhã, a assessora parlamentar da  
263 SPM, **Regina Adami**, socializou vários informes em relação ao conjunto de temas relacionadas a  
264 essa PEC, que já seguiu para o Senado e aguarda aprovação. Sobre o assunto do TST, a nossa proposta  
265 é que nós, enquanto Conselho, enviássemos um ofício ao TST em particular para o relator,  
266 parabenizando-o pela decisão tomada em relação ao direito das mulheres grávidas no período de  
267 experiência. Outro tema debatido foi sobre um PL encaminhado no final do ano passado pela  
268 Deputada Luci Choinacki, que institui o ano de 2013 como o ano do esporte feminino; a ideia que  
269 discutimos foi de ser o ano da participação das mulheres no esporte. Também foi discutido o processo  
270 eleitoral de 2012, seus limites e dificuldades, como foi a nossa presença no processo eleitoral e qual foi o  
271 resultado. Tivemos 32% de mulheres candidatas e apenas 13% se elegeram, o que reforça a  
272 premente necessidade de uma Reforma Política para que as mulheres possam entrar no espaço público.  
273 Nesse sentido, a nossa proposta é que seja retomado o Fórum dos Partidos Políticos e que as dez  
274 reuniões anuais sejam realizadas. Essa responsabilidade não é só do governo, é também dos partidos  
275 políticos. Outra proposta é que nós conselheiras pudéssemos realizar um Seminário para tratar da  
276 participação das mulheres na Política. Nesse Seminário se discutiria a Reforma Política e a  
277 participação popular, porque estamos convencidas de que se não houver pressão popular, essa reforma  
278 não sairá do lugar. Portanto, esse Seminário seria um dos instrumentos de pressão popular, nós  
279 pensaríamos nas iniciativas políticas que poderão ser executadas pelo Conselho e pelas nossas  
280 organizações na perspectiva de pautar o Congresso Nacional e assim poder avançar na Reforma  
281 Política. **Marilda Castelar/CFP** propõe que o debate sobre Reforma Política fosse *online*. E que as

282 conselheiras se mobilizassem com antecedência para que o debate fosse assistido *online* pelos partidos  
283 políticos e pelas conselheiras estaduais. Se iniciarmos essa campanha com mobilização *online*, o custo  
284 seria praticamente zero. **Maria Betânia**/Notório Conhecimento diz que a discussão da Reforma Política  
285 é absolutamente estratégica na participação política das mulheres. Que cabe aos órgãos de governo, aos  
286 movimentos sociais, aos partidos políticos, mas com certeza são as mulheres e os organismos das  
287 mulheres e os movimentos das mulheres que estão interessados nessa questão. E finalmente, a questão da  
288 PEC das trabalhadoras domésticas que já é uma prioridade da SPM, do CNDM, do movimento e que a  
289 gente esse ano vai de fato conseguir essa grande conquista. A servidora da SPM, **Beatriz Gregory**,  
290 referindo-se ao PL de autoria de Luci Choinacki, informou que a posição da SPM e do Ministério do  
291 Esporte é que o Ano Nacional seja de participação das mulheres no esporte. **Glória Percinoto**/ABMCJ,  
292 sobre a Reforma Política, lembrou a época que integrou a CT de Legislação e Normas, em que se  
293 debateu com profundidade essa temática e o CNDM tirou posição a respeito. Lembrou ainda a  
294 importância do funcionamento da instância de mulheres de partidos políticos. **Lúcia Rincon**/UBM  
295 reiterou a importância de se resgatar o fórum de instâncias de mulheres de partidos políticos e de se  
296 realizar as dez reuniões anuais conforme previstas no PNPM. **Sônia Zerino** CNTI informou que as  
297 mulheres trabalhadoras das centrais criaram o Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das  
298 Centrais e tem se discutido a Reforma Política e reproduzido nos estados para dar visibilidade às  
299 mulheres das questões que acontecem no país. Nesse momento, a Secretária **Lourdes** passou a fala  
300 para **Cláudia Prates**/MMM, que solicitou informação sobre o regimento interno da RMAAM.  
301 Alegou que as integrantes da CT de Assuntos Internacionais ficaram sabendo que este ainda não tinha  
302 sido aprovado e que queriam saber da situação em que se encontrava. O outro ponto foi sobre a 57ª  
303 Reunião da CSW/ONU, ressaltando a importância da CT acompanhar o desdobramento dessa reunião.  
304 Indagou também sobre o Fórum Social da Tunísia, qual foi o envolvimento da SPM. Sobre o tráfico  
305 de mulheres, foi proposto que se realizasse um debate sobre a exploração sexual de mulheres, tendo  
306 em vista os grandes eventos. Ao final apresentou a proposta de que a SPM, junto com o CNDM, tenham  
307 um plano estratégico de ações preventivas em preparação para os grandes eventos que despontam,  
308 como a Copa de 2014. E sobre as agendas transversais do PPA nós gostaríamos de nos apropriar mais,  
309 até porque só naquele resumo que recebemos, não vimos, por exemplo, a participação do Mercosul, a  
310 própria RMAAM não vem citada lá. E, finalmente, como sugestão, acompanhar o debate sobre a  
311 reunião da Cúpula da CELAC que é a Cúpula de Presidentes da América Latina e do Caribe. A  
312 Assessora **Sônia Malheiros** cumprimentou e se apresentou às conselheiras, respondendo às  
313 indagações elencadas por Cláudia Prates. Iniciou informando sobre a última reunião da Cúpula da  
314 União Europeia e América Latina, que se realizou em janeiro, no Chile, concomitantemente com a  
315 1ª Cúpula de Presidentes da CELAC, destacando a importância da aprovação de um documento de  
316 gênero. Em seguida, esclareceu que o problema com o regimento interno da Reunião de Ministras e  
317 Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM) ocorreu por falta de comunicação entre as  
318 representações. Relatou que quando a REM foi criada não existiam os mecanismos governamentais de  
319 políticas para as mulheres nos estados-partes, mas que há cerca de uns dois anos, com a existência das  
320 ministras, iniciou-se um processo de mudança de status. Passou então a denominar-se Reunião de  
321 Ministras e de Altas Autoridades. Com essa mudança, procurou-se adequar o regimento interno,  
322 aprovado na última reunião no Brasil. O regimento da REM já indicava a participação de  
323 representação da sociedade civil, o que foi mantido no regimento da RMAAM. A Presidência Pró-  
324 Tempore já está com o Uruguai, que já está tratando disso e tudo indica que as pessoas chegarão à  
325 próxima reunião com o regimento interno aprovado, sem precisar de reunião presencial, porque  
326 todos já reconheceram que houve essa falha de comunicação. Já o Planejamento Estratégico de Ação  
327 Social (PEAS) foi um processo construído coletivamente que começou em 2010. A atual discussão é  
328 para se ter recursos para se desenvolver projetos no âmbito do PEAS e da RMAAM. Está em  
329 processo de elaboração um projeto na linha do enfrentamento à pobreza das mulheres que, aliás, já  
330 foi aprovado no âmbito do PEAS. Informou também que foi aprovado, na penúltima reunião e na  
331 reunião do Brasil, que a RMAAM apresente suas principais linhas de implementação de políticas de  
332 igualdade entre homens e mulheres para o Mercosul. A ideia é fazer um seminário que deve ser no  
333 Uruguai e contará com representação do CNDM para se pensar em uma primeira proposta e discutir  
334 dentro do Mercosul as linhas das políticas de gênero. Em relação à 57ª CSW que acontecerá no  
335 período de 04 a 15 de março, em *Nova York*, o tema central é o enfrentamento da violência. Em  
336 relação ao Fórum Social de Túnis, nesse momento vamos ver de que forma é possível a nossa  
337 participação. Todo processo de avaliação é sobre o Cairo + 20 e, inclusive, com a realização de uma  
338 grande Conferência da América Latina e Caribe a realizar-se em agosto, no Uruguai. E,

339 finalmente, sobre a Cúpula CELAC informou que iria atrás de informações mais recentes e que de posse  
340 delas socializaria com todas. A Secretária **Lourdes** passou a palavra para as últimas CTs, (a de  
341 Orçamento e Planejamento e a de Monitoramento do PNPM, que se juntaram). **Vera**  
342 **Machado/REF** após explicar as razões da junção das CTs, referiu-se à emergência do  
343 posicionamento sobre a agenda transversal e apresentou o processo pelo qual se tentou dar conta da  
344 tarefa que consistiria em relacionar o anexo I do PPA, o PNPM e a Agenda Transversal. Mas, por  
345 conta da grande dificuldade de realizar a tarefa em tão pouco tempo, houve a tentativa de realizar uma  
346 reunião no dia 4 de março, o que não se concretizou. **Maria do Rosário** informou que as integrantes da  
347 CT de Planejamento e Orçamento não entraram na pauta de fazer um balanço do orçamento de 2013.  
348 Esclareceu que a Secretaria Geral da Presidência da República enviou um ofício para todos os  
349 Conselhos envolvidos nas Agendas Transversais, as quais foram elaboradas pelo Ministério do  
350 Planejamento, um esforço para mostrar à sociedade civil a transversalidade de algumas políticas para  
351 serem monitoradas, a saber: políticas para crianças e adolescentes; para as mulheres; para os idosos;  
352 para a igualdade racial e comunidades quilombolas; para a juventude; para pessoas com deficiência;  
353 para a população LGBT; para os povos indígenas. A proposta do Fórum Interconselhos é reunir-se duas  
354 vezes por ano com o objetivo de prestar contas à sociedade da execução das políticas adotadas pelo  
355 governo federal. Nesse sentido, nós do Ministério do Planejamento, elaboramos a agenda transversal  
356 e estamos agora disponibilizando para que os conselhos possam verificar se precisa fazer alguma  
357 alteração, incluir alguma demanda ou algo que considere não ser objeto de monitoramento daquele  
358 conselho. O ofício especifica a regra de que só pode estar na agenda aquilo que está no PPA e são oito  
359 os eixos das agendas. Então a nossa ideia, devido ao prazo que ser 20 de março, é tentar fazer uma  
360 reunião com as duas Câmaras Técnicas, porque consideramos que a agenda transversal também  
361 reflete o PNPM. Portanto, avaliar se tem alguma sugestão de inclusão. Depois que fizemos esse  
362 levantamento, a ideia é repassar para todas as conselheiras para darem suas contribuições. O ideal é  
363 que todas leiam o texto da agenda transversal sobre o PPA e o PNPM e aguardem para receber a  
364 sugestão que as duas Câmaras vão enviar. **Maria José/RNFS**, nós fizemos essa proposta, mas  
365 queríamos dizer que foi muito produtiva a reunião com as duas Câmaras juntas. Depois que nos  
366 reunimos em separado acordamos que a presidência da CT de Monitoramento do PNPM ficaria com  
367 **Schuma/AMB** até 30 de junho. **Schuma**, retomando a questão da tarefa de se trabalhar nas agendas  
368 transversais, reforçou a importância de se olhar os oito eixos vinculando-os às prioridades do PNPM  
369 que é o grande instrumento construído democraticamente, com ampla participação da sociedade civil.  
370 **Graziela/Equit** informou que viu rapidamente as agendas transversais, mas que estava difícil de  
371 contribuir, porque na verdade, há uma escolha já pré-determinada, ainda que possa ser acrescentado,  
372 mas não se pode mudar. Apontando uma dificuldade encontrada citou um exemplo relacionado à área  
373 de política externa, no caso da mulher: o objetivo a ser monitorado é a relação com os países de  
374 língua portuguesa, que é completamente relevante do ponto de vista das políticas, muito mais relevante  
375 que a discussão do acompanhamento, mas aí haveria que mudar um pouco o foco dessa história, que  
376 seria monitorar a política externa no caso da SPM. **Maria do Rosário/MPOG** esclareceu que a  
377 proposta é que se pode fazer alteração, incluir ou excluir. Para incluir, só aquilo que está no PPA, o  
378 PPA é o próprio Anexo I que tem mais de 300 páginas. O PPA, o Anexo I, traz todos os 65  
379 programas temáticos do governo federal. Então, é a partir do olhar crítico da sociedade civil que se  
380 espera seja agregado mais algum programa, objetivo ou meta, para a agenda transversal de políticas para  
381 as mulheres. E excluir, não tem o menor problema, exclui-se e ponto. A Secretária **Lourdes**  
382 informou que o PNPM foi cotejado com todas as ações do PPA e que a **Rosário/MPOG** juntamente  
383 com as gestoras da SPM foi quem muito contribuiu nesse processo. O PPA é nosso horizonte, e o  
384 nosso Plano é necessariamente a execução das nossas ações abrigadas nesse horizonte. O que nos falta é  
385 ter o Plano aprovado, publicado e liberado na internet. O que considero importante é que as CTs tenham  
386 a oportunidade de se reunir. Essa necessidade que vocês relataram tem que ser sistematizada para  
387 facilitar a aprovação da solicitação, por conta da disponibilidade dos recursos. Vamos aguardar a  
388 decisão da Ministra. Atendendo a um questionamento de uma das conselheiras sobre a questão da  
389 participação social na relação com o fórum interconselhos, **Maria do Rosário/MPOG** informou que a  
390 Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da sua Secretaria Nacional de Articulação  
391 Social e em parceria com o Ministério do Planejamento queria que a sociedade civil participasse  
392 ativamente do PPA 2012-2015. Nesse sentido, realizou o I Fórum Interconselhos, na época da  
393 elaboração do PPA. Depois o II Fórum para dar devolutiva do que havia sido incorporado ao PPA. Já o  
394 III Fórum foi para dizer vocês fizeram algumas propostas, algumas incorporamos no PPA, outras não  
395 foi possível. Agora é preciso monitorar através das agendas. Foram definidos oito públicos alvos dos

396 segmentos da população. E o Ministério do Planejamento fez esse exercício de elencar no PPA, no  
397 Anexo I do PPA, quais eram os objetivos e as metas que tinham a ver com determinado segmento. No III  
398 Fórum foi dito da possibilidade de se receber sugestões da sociedade civil para atualizar a agenda e no  
399 IV Fórum a Secretaria Geral junto com o Ministério do Planejamento vai entregar o relatório do que  
400 foi feito com relação a esses objetivos e metas. E aí a importância de que todos os ministérios  
401 preencham o sistema integrado de planejamento e orçamento com as informações de como está  
402 executando suas metas. **Lúcia Rincon**/UBM informou sobre um documento que veio para o Comitê de  
403 Monitoramento do PNPM através da representante do Ministério da Defesa. Trata-se de uma carta de  
404 intenções assinada por Celso Amorim e pela Michelle Bachelet basicamente sobre a questão da  
405 violência. Nesse momento a Secretária **Lourdes** iniciou a rodada de informações sobre a organização do  
406 8 de março e **Lúcia Rincon**/UBM comunicou que a sua organização desenvolve atividades de rua  
407 durante todo o mês de março e que não está participando de nenhum ato unificado. Diz ter um  
408 manifesto unificado que será distribuído nas diferentes atividades realizadas no país. Contou que a  
409 partir de uma movimentação chamada pelo Fórum Goiano de Mulheres, desde o mês de dezembro,  
410 realizaram passeatas e atos conjuntos. Neste ano estão programando exibição de filmes e uma passeata  
411 no dia 8 junto com as mulheres camponesas. **Maria das Dores**/AMNB comunicou que o livro “A  
412 mulher negra em primeira pessoa”, de autoria da Articulação de Mulheres Negras, será lançado em 11  
413 Estados, no dia 23 de março. Trata-se de relatos de 20 mulheres negras, de diferentes idades, de  
414 diferentes graus de instrução das cinco regiões do país, que tiveram de alguma forma, algum  
415 compromisso, algum trabalho voltado à sua comunidade. **Vera Machado**/REF relatou que em São  
416 Paulo a organização do 8 de março inicia-se com muita antecedência e que mais ou menos 60  
417 entidades de mulheres e de partidos políticos fazem parte da organização. Neste ano, mais uma vez,  
418 vamos estar na rua com a pauta que envolve a questão da violência contra as mulheres. Será distribuído  
419 à população um documento unificado assinado por todas as entidades e partidos políticos que  
420 congregam a organização. Paralelamente tem sido feita grande mobilização através de bate-papos e  
421 debates para tentar garantir um bom número de participantes na caminhada que estimamos em cinco  
422 mil mulheres. Informou que as mulheres do Fórum Paulista e do Fórum Brasileiro de Economia  
423 Solidária estão também engajadas no processo de organização do 8 de março. **Carmen Foro**/CONTAG  
424 informou que em comemoração ao 8 de março será realizada a 2ª Mostra Nacional das Margaridas, de  
425 22 a 24 de março, que contará com a participação de mais de 300 grupos de mulheres de todo país. O  
426 evento acontecerá na FUNARTE. A ideia é expressar o quanto as mulheres do campo estão  
427 produzindo alimento e produzindo renda. Contamos com o apoio da SPM nessa importante atividade..  
428 Estamos todas muito empenhadas para realizar uma linda mostra e que espera contar com a presença  
429 da Ministra **Eleonora**. Comentou da iniciativa da SPM em ter criado a premiação das mulheres rurais  
430 e informou ter participado da comissão julgadora, o que foi muito importante para a sua  
431 organização. Em seguida informou sobre a realização do Congresso de sua categoria (4 a 8 de  
432 março), em Brasília e que contará com mais de mil delegadas. E que a participação política será em  
433 aprovar a paridade na CONTAG, o que não está sendo fácil, mas que as delegadas estão com uma  
434 estratégia muito bem articulada. **Maria das Graças**/MAMA informou que no Pará estão organizando  
435 o 8 de março de forma unitária, juntando todos os movimentos feministas, de mulheres e outras  
436 organizações da sociedade civil. Que a concepção da programação é março de lutas, e não 8 de março.  
437 Relatou que no sábado passado ocorreu um debate sobre os fundamentalismos, isso porque o Pará é o  
438 lugar escolhido para os movimentos de cidadania pela vida e pela vida, que não são iniciativas das  
439 mulheres. Alegou que os fundamentalistas estão fazendo palestras semanais e que no sábado passado  
440 fizeram no Conselho Regional de Medicina e nós fizemos uma incidência junto a esse debate para  
441 colocar o nosso posicionamento. Hoje está acontecendo um ato sobre a questão do tráfico de mulheres,  
442 em frente do escritório da Norte Energia. Há uma grande mobilização em torno da problemática dessa  
443 questão do tráfico, um problema que se torna cada vez maior. **Gláucia Morelli**/CMB comunicou que  
444 em São Paulo e em outros estados sua organização está participando das comissões organizadoras,  
445 como também junto às centrais sindicais que estão buscando fortalecer uma série de reivindicações  
446 das mulheres, como a questão da jornada de trabalho, da dupla jornada, da questão do fator  
447 previdenciário, da reposição salarial e da licença maternidade. Estará inclusive participando das  
448 atividades em Brasília, para fortalecer ainda mais as reivindicações das mulheres no meio sindical.  
449 **Marilda Castelar**/CFP informou que sua organização está organizando três debates on-line, uma  
450 pesquisa sobre as psicólogas, outro sobre psicologia, mulher e mídia e outro sobre o fazer das  
451 psicólogas com o trabalho no atendimento de mulheres vítimas de violência. E que os conselhos  
452 regionais estão também organizando atividades nos seus estados. **Sueli Batista** informou que o mês de

453 março da mulher, em Cuiabá foi criado por ela há 11 anos atrás, quando Presidenta da BPW. Neste ano a  
454 BPW está trazendo uma delegação da África para compartilhar as boas práticas com as brasileiras e vice  
455 versa. **Cláudia Prates** disse que a Marcha Mundial das Mulheres já circulou orientação nacional para  
456 todo o Brasil, chamando atenção para as causas perversas das violências e das violações dos direitos  
457 das mulheres. Informou que irão se organizar em alas temáticas, como a ala por um mundo sem  
458 violência, sem patriarcado, sem capitalismo, por um mundo de igualdade no trabalho, e por soberania  
459 alimentar energética. Estaremos todas bem coloridas e bastante animadas. **Glória Percinoto/ABMCJ**  
460 informou que coincidentemente com o 8 de março, nos dias 12 e 13 a nova diretoria da Associação  
461 Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica toma posse em Brasília, quer dizer, uma reunião de posse  
462 de trabalho e depois uma reunião festiva com homenagens. A 1ª Reunião no Centro Evandro Lins  
463 na OAB, no Conselho Federal, e a outra reunião no Tribunal Superior Eleitoral, e aqui havia a  
464 previsão de uma homenagem à Ministra Eliane Calmon, mas, como o convite ainda não está  
465 formalizado é possível que possa eventualmente haver alguma mudança por conta de agendas. **Sueli de**  
466 **Fátima/FENATRAD** informou que em Sergipe o 8 de março está sendo organizado junto com o  
467 Conselho Estadual da Mulher e outros movimentos de mulheres. Estão preparando um grande ato  
468 público. Estaremos na rua reivindicando melhorias na condição de vida das mulheres, lutando contra a  
469 violência à mulher, pelo direito de creche, pelo direito à saúde e à moradia. Estaremos reivindicando o  
470 direito à dignidade para poder dizer com orgulho, somos mulheres, somos guerreiras, somos valorosas.  
471 **Arlene Saboia/CGTB** comunicou que no dia 6 de março, em Brasília, o movimento unificado que as  
472 centrais estão fazendo sobre a questão do desenvolvimento econômico, do emprego e o fim do fator  
473 previdenciário são os grandes temas postos. Juntamos o Fórum das Secretarias Nacionais das  
474 Mulheres das Centrais, e isso tem nos permitido levar para as centrais as suas prioridades, a questão  
475 da mulher também. Estamos batalhando a questão do PL da igualdade, queremos creche, queremos  
476 salário igual para trabalho igual. Foi um passo muito grande que demos com a formalização desse  
477 fórum. **Maria Goretti/LBL** informou que no Rio Grande do Norte existe o fórum de mulheres, que  
478 agrega aproximadamente umas 20 organizações e tem chamado às reuniões para organizar o 8 de  
479 março. Uma das atividades é uma caminhada, trabalhando a sociedade na sensibilização e  
480 conscientização pelo fim da violência contra as mulheres, por conta do expressivo aumento de  
481 assassinatos. E também porque as mulheres que sofrem violência não estão sendo institucionalmente  
482 protegidas, muitas das vezes, sofrem outras violências, pois estão aprisionadas nas casas ou nos abrigos.  
483 Muitas sofrem a violência e os agressores estão soltos. Outra questão que está fazendo parte da luta é  
484 o anúncio do fechamento da Secretaria Municipal da Mulher. Fomos surpreendidas com a notícia de  
485 que seria desativada e estamos lutando para que ela se mantenha em funcionamento. A prefeita foi  
486 afastada e deixou a prefeitura num caos. A Secretaria contava com orçamento próprio e com  
487 importantes projetos apoiados pela SPM, o prejuízo é grande, caso seja desativado. Informou da  
488 premiação Medalha Nísia Floresta em que integrantes do Conselho Municipal três mulheres do  
489 movimento popular estão sendo indicadas para serem homenageadas. Está sendo também indicada a  
490 presidenta do conselho, que é da sociedade civil, Dra. Lucineide Mendonça; uma companheira da  
491 comunidade que trabalha com o resgate da cultura do Bumba Meu Boi e uma representante do  
492 fórum de mulheres. Para finalizar, quero falar sobre a questão do futebol feminino. Vamos encerrar as  
493 atividades do 8 de março com um campeonato do futebol feminino. Queremos trabalhar a  
494 transformação das vidas das mulheres através do esporte e chamar a atenção para a questão das  
495 violências no esporte, frente aos grandes eventos que estão por acontecer. A Secretária **Lourdes**  
496 agradeceu a Goretti e informou que o Conselho Municipal de Natal é um dos mais antigos. Foi criado  
497 em 1986, é um dos mais antigos depois da criação do Conselho Nacional. Esse relato é lamentável,  
498 porque a SPM, na época da Ministra Nilcéa, fez um grande investimento na criação daquela Secretaria.  
499 **Rosane da Silva/CUT** informou que a Secretaria Nacional de Mulheres da CUT tem como prioridade  
500 nos 8 de março, trabalhar atividades em conjunto com o movimento feminista e que cada estado se  
501 organiza a partir da dinâmica nele estabelecida. A nossa Central, nesse ano, completa 30 anos de  
502 existência e nós queremos fazer, durante o ano, uma atividade em que possamos colocar um pouco do  
503 olhar das mulheres sobre esses 30 anos da CUT, uma vez que participamos de toda a trajetória  
504 dessa existência. Também nesse ano a Secretaria Nacional de Mulheres da CUT completa dez anos.  
505 Foi criada no Congresso de 2003. Portanto, a existência da CUT e a criação da Secretaria Nacional de  
506 Mulheres serão um dos temas que discutiremos em todas as atividades do 8 de março. A CUT mais  
507 uma vez é protagonista na luta das mulheres, como foi nas cotas, como foi na construção de secretarias.  
508 Estamos organizando junto com a CONTAG a 2ª Mostra da Marcha das Margaridas. Além disso, na  
509 marcha da classe trabalhadora que acontecerá no dia 6 de março, vamos pautar o tema das mulheres, o

510 PL da Igualdade, que há muito tempo está no Congresso Nacional e que não conseguimos avançar. Com  
511 relação ao tema da creche, a nossa luta é por creche como direito da criança e das mulheres e  
512 dever do estado. Queremos aprofundar esse debate na CUT e estamos até vendo a possibilidade  
513 de levar a Ministra. Para encerrar, quero fazer um registro aqui, desde ontem estão falando aqui de  
514 um fórum das centrais. Este Fórum não é de todas as centrais, é de cinco centrais. A maior central  
515 sindical deste país, a CUT não o integra. Na sequência, **Schuma** informou que o Comitê Político  
516 Nacional da AMB, representado por 22 agrupamentos estaduais, discutindo a atual conjuntura (vinda do  
517 papa; encontro da juventude com os dois milhões de jovens esperados no Rio de Janeiro; e, os ataques  
518 conservadores expressados nas audiências públicas que estão acontecendo em todos os estados),  
519 decidiu reeditar a campanha “sua boca é fundamental contra os fundamentalismos”. Todo mundo  
520 conhece essa campanha; sabe que ela foi feita pelo Brasil e por outras organizações feministas da  
521 América Latina. Esclareceu que o tema premente local é a questão da violência, que também está  
522 sendo levado para as ruas, mas a campanha vai durar, será lançada agora e relançada, no mês de março.  
523 A AMB do Rio de Janeiro lançará no mês de março um vídeo do território global das mulheres que  
524 acabou de ficar pronto. Ele retrata um pouco da participação das feministas, não só brasileiras, pois  
525 são 37 redes internacionais que participaram do processo de organização. **Liliane Oliveira** informou  
526 que a UNE, assim como a CUT, a MMM e outras organizações, não organiza uma ação isolada no 8 de  
527 março, mas integra as mobilizações dos estados junto aos coletivos feministas existentes, inclusive nas  
528 universidades. Afirmou que o mês de março será muito importante para a UNE, porque será realizado  
529 no período de 29 a 31 o V Encontro de Mulheres Estudantes que tem como tema “nossa força e nossa  
530 voz na construção do feminismo”. A intervenção focará no combate à mercantilização do corpo das  
531 mulheres e no posicionamento contra o patriarcado e todas as formas de opressão que se manifestam  
532 principalmente nas vidas das jovens. Uma das bandeiras de luta da UNE é fazer com que as  
533 universidades pactuem com o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher. Ressaltou  
534 que estão fazendo uma política de reparação para as mulheres na universidade, e isso exige o combate  
535 ao machismo e à violência instalada, além de lutar para mudar os currículos, ainda extremamente  
536 sexistas como as meninas dos cursos de exatas que sofrem quando os professores dizem que elas não  
537 vão conseguir concluir o curso porque são mulheres. Outro ponto que também será debatido é o da  
538 qualidade da educação. No Conselho Nacional de Entidades de Base, a UNE vai coordenar o eixo  
539 de qualidade da educação. Esse é o protagonismo na construção de mudanças que estamos fazendo na  
540 universidade. A Secretária **Lourdes** agradeceu a Liliane e apontou o problema dos trotes que são  
541 profundamente violentos nas universidades e que deveria ser também ponto de pauta da UNE.  
542 Exemplificou com o relato da agressão sofrida por uma aluna simplesmente por ser lésbica. Com  
543 relação aos trotes violentos, **Liliane** comentou que não aconteceu só com essa menina, mas também  
544 com uma caloura em Juiz de Fora, que foi estuprada por cinco meninos e o máximo que o reitor da  
545 universidade disse foi: “me desculpem, estamos fazendo o possível”. Na UnB tem crescido muito o  
546 número de estupros dentro do campus. Informou que em 2007 foi lançada uma campanha de formação  
547 dos coletivos de mulheres, e, em 2009, em decorrência de um intenso debate, a UNE se posicionou e  
548 aderiu à luta pela legalização e descriminalização do aborto no país e que, desde então, vem afirmando  
549 o feminismo como modelo que quer para a educação. **Lúcia Rincon/UBM** referindo-se ao ponto de  
550 pauta relativo à definição das prioridades do CNDM frente ao PNPM e ao PE entende que como se  
551 fez toda uma discussão sobre como tratar o PNPM comentou: agora com os outros dois documentos  
552 (agendas transversais e PPA) para enviarmos às conselheiras não dá para ser tão específico e já fazer  
553 as prioridades na perspectiva do Comitê de Monitoramento. Achemos que devemos fazer uma rápida  
554 discussão para poder apontar para os ministérios que as prioridades da SPM estão no planejamento.  
555 E as do conselho estariam colocadas de que forma? Que prioridades estão sendo levadas em cada  
556 ministério? E talvez até tenha sido bom os informes anteriores de quais são as prioridades que as  
557 pessoas através de suas organizações estão apresentando nos seus estados, nos movimentos, para que  
558 possamos aqui fazer uma discussão política. A Secretária **Lourdes** respondeu: é esse o nosso  
559 entendimento hoje, porque vocês ainda não têm o Plano, embora, em linhas gerais o conheça, porque  
560 só ocorreu mudança em algumas questões formais, no seu conteúdo não houve mudança. Hoje a  
561 questão é política. **Lúcia Rincon** comunicou que a UBM tirou como ação principal o *slogan* “mais  
562 poder político para as mulheres”, por entenderem que esse é um ano de composição de novas instâncias  
563 dos governos municipais e das câmaras legislativas. Então, que façamos com que as mulheres se  
564 movimentem para ocupar também espaços de poder. **Estela Aquino/ABRASCO** enfatizou a questão da  
565 violência, dizendo: com todos os problemas que enfrentamos com a alta ocorrência da violência de  
566 gênero, a violência doméstica e sexual, talvez seja o lugar onde mais se obteve avanços, não só avanços

567 no sentido de uma institucionalização de políticas, mas o caráter intersetorial das políticas. Do ponto  
568 de vista do ideário feminista, é onde vislumbro mais sucesso desde a década de 1980 quando  
569 surgiram os SOSs e se gestou toda uma formulação que embasou as políticas. Em décadas de  
570 observação toda vez que as políticas se institucionalizam elas correm o risco de um esvaziamento do seu  
571 potencial original, então violência para mim, além de se constituir em um problema prioritário no  
572 Brasil, merece uma atenção especial desse conselho. Considero esse tema prioritário. A outra questão  
573 é o tema da educação infantil, porque falamos em creche, creche é serviço, educação infantil é uma  
574 discussão que hoje vem sendo colocada pelo pessoal da área de educação e que retira esse aspecto de  
575 serviço onde antigamente era reduto das cuidadoras. Hoje, a perspectiva remete para a necessidade de  
576 que seja um serviço disponibilizado a todas as mulheres, para todas as crianças. E em relação à saúde,  
577 acho que precisamos re-politizar a discussão, recuperando algo em que as feministas cumpriram papel  
578 fundamental nos anos 1970 e 1980, criticando o essencialismo e a medicalização. Hoje o que  
579 percebo nas nossas pautas é que a saúde foi reduzida a serviços de saúde. Direito à saúde é muito mais  
580 que direitos a serviços de saúde, por exemplo, a questão da saúde mental, é hoje uma questão muito  
581 importante, devido ao nível de ansiedade das mulheres, depressão, e que é tratado com medicação. Não  
582 tenho aqui uma proposta imediata, mas acho que precisamos pensar em formas de recuperar o  
583 potencial, digamos, revolucionário que o feminismo tinha nas suas origens e que acho que tem se  
584 perdido muito. A visão, quando se fala em saúde, saúde e gênero, saúde e mulher, é saúde das mulheres  
585 em uma perspectiva bem médica. Então acho que precisamos aprofundar essa discussão nesse  
586 conselho, e, talvez, trazer pessoas para discutir as ações que estão previstas no PNPM. Avançar nas  
587 discussões que são fundamentais para pensar na discriminação e nas relações de poder nos serviços de  
588 saúde. Hoje temos uma questão crucial que é a defesa do sistema universal de saúde. A discussão que  
589 está se anunciando no panorama internacional, no pós 2015, é uma discussão que vai esvaziar a  
590 perspectiva da universalidade dos sistemas de saúde. As centrais sindicais, muitas vezes, defendem a  
591 assistência suplementar, sabemos que tem companheiras que defendem o direito ao seguro saúde sem  
592 discutir o que tem de ameaça em relação ao SUS, que é uma conquista, um patrimônio da população e  
593 do governo brasileiro. Acho que o Conselho deve ser também um espaço de reflexão e de proposição  
594 para levarmos às nossas organizações e que ao mesmo tempo avancemos a visão feminista na política de  
595 saúde. **Cláudia Prates/MMM**, referindo-se ao tráfico de mulheres, comentou que essa situação de  
596 exploração sexual dentro do debate da violência contra as mulheres, aqui retratando as diversas  
597 formas de violência, contra as jovens, os estupros e os assassinatos de mulheres é uma realidade  
598 que presenciamos e, pelo menos no último ano, de forma muito contundente no Brasil. Todo dia nos  
599 deparamos com relatos de casos de violência. Acho que o tráfico de mulheres é uma questão que mais  
600 se acentua nas regiões de fronteiras. Lembrei-me de uma campanha feita no Equador há um tempo  
601 atrás, “Reaciona Equador, o Machismo Mata”. Eram cinco ou seis *spots* exibidos na televisão muito  
602 interessantes, onde se reproduzia o cotidiano e depois diziam essa frase de efeito. Achei essa  
603 campanha muito interessante e dizem que numericamente houve redução nos índices de violência. A  
604 Secretária **Lourdes**, só fazendo uma observação em cima desse tema, diz que recentemente, há menos  
605 de um mês, realizou-se aqui, em Brasília, um Seminário Internacional proposto por um instituto de  
606 direitos humanos da Espanha com a participação de diferentes áreas da segurança pública e do  
607 judiciário. Contou com a presença de nove países da América Latina e o tema tratado foi o femicídio,  
608 que é exatamente a morte misógina devido à condição de ser mulher. Acho que o Conselho  
609 poderia ter um protagonismo nessa discussão, considerando que o código penal está em discussão. A  
610 SPM já teve um GT que discutiu uma proposta para o novo código penal, mas a questão do femicídio é  
611 muito mais ampla e não foi contemplada. O CNDM poderia promover uma discussão, juntamente com  
612 a OAB nacional para pensar nessa categoria, na sua inclusão no novo código penal. Outra questão  
613 que ficou muito evidente nesse seminário, com peritos internacionais de renome, a questão da  
614 qualidade do laudo pericial, pois ele é definidor do que vai caracterizar uma morte violenta e que  
615 não é um simples assassinato, envolve outras questões. **Glória Percinoto/ ABMCJ** diz: “só  
616 acrescentaria uma questão que nós não falamos dessa vez, a questão do aborto inseguro e da  
617 mortalidade materna, porque no Brasil as mulheres ainda morrem em razão do parto. Já estabelecemos  
618 como uma das prioridades do Conselho, mas precisa ser reiterada”. **Isolda Dantas/ MDA** pede a  
619 palavra para “socializar com vocês o informe do 8 de março, e depois entrar no tema da prioridade. Na  
620 reunião do Comitê de Monitoramento do PNPM dei um informe que nós do MDA temos um  
621 programa nacional de documentação da trabalhadora rural. Trata-se de unidades móveis que circulam nas  
622 proximidades dos assentamentos e das comunidades rurais para emitir documentos. Esse programa é  
623 realizado em parceria com o INCRA, MDS, MTE, MJ, INSS e Previdência. Enfim, todos os órgãos

624 responsáveis por emissão de documentos civis e estamos entrando agora com a forte frente do jurídico.  
625 No mês de março vamos realizar 120 mutirões de documentação, uma ação concentrada que garanta o  
626 mínimo para as mulheres, que é obterem seu documento, sem isso é impossível acessar qualquer  
627 política pública, é impossível ter cidadania. Outra ação que faremos em parceria com a SPM é o  
628 seminário internacional de políticas públicas para as mulheres rurais que está sendo construído com o  
629 MDA, com o Ministério das Relações Exteriores, com a FAO e a CEPAL. Estamos com três  
630 perspectivas: primeira, construir um espaço de reflexão, em nível de América Latina e Caribe, sobre as  
631 políticas existentes para as mulheres no meio rural, que buscará diálogo para a preparação da  
632 conferência regional sobre a mulher da América Latina, da CEPAL, que acontecerá em setembro.  
633 Segunda, estamos querendo construir uma agenda afirmativa, porque 2014 é o ano internacional da  
634 agricultura familiar determinado pela FAO. Vai ter um encontro das altas autoridades - a ministra da  
635 SPM, os ministros e ministras do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura da América Latina e  
636 Caribe estão sendo convidados e vários confirmaram presença. A ideia é criar, dar demonstração de  
637 que esses países vão priorizar; vão construir uma agenda afirmativa para as mulheres rurais. Esse  
638 seminário acontecerá nos dias 19 e 20 de março, no Itamaraty. Após esse encontro das autoridades,  
639 vamos ter uma conferência magistral sobre “desenvolvimento rural e gênero” que terá como  
640 palestrante a nossa Secretária do MDA, Andrea Butto. Depois teremos mais dois painéis, um de  
641 autonomia econômica e outro de acesso aos direitos das mulheres e recursos naturais. Nessa ocasião  
642 será lançado o livro da cubana Mavis Dora. Depois de detalhar a programação do mencionado  
643 seminário solicitou a participação e acompanhamento das conselheiras nos seus desdobramentos. Com  
644 relação aos objetivos traçados no planejamento estratégico sobre as prioridades do CNDM, a articulação  
645 com os organismos governamentais estaduais e municipais é de fundamental importância.  
646 Precisamos ampliar a capilaridade nos estados para implementar e executar a política para as mulheres.  
647 Mas queria dar prioridade mesmo à autonomia econômica e social das mulheres através do tema do  
648 trabalho. Para mim, esse eixo dialoga com o conjunto dos outros; dialoga no combate à violência, com  
649 autonomia, com o desenvolvimento sociocultural das mulheres. O tema da autonomia econômica é  
650 fundamental, porque constrói políticas de inclusão produtiva, seja no meio rural ou meio urbano.  
651 **Betânia Ávila**/ Notório Conhecimento, referindo-se às prioridades do CNDM, comentou: quando nós  
652 transitamos na formulação nos espaços feministas do movimento ou nos espaços feministas da  
653 academia para proposição da política pública invariavelmente nós vamos fazer um enquadramento de  
654 ideias, porque elas precisam se transformar em algo objetivo, operacional. Por outro lado, isso também  
655 está dentro de contextos históricos, políticos. Então, isso cria uma tensão que é própria do processo  
656 histórico das contradições. Por esta razão, as prioridades voltam, porque elas não se fazem  
657 imediatamente, a não ser que tratemos prioridade só como formalidade, mas se tratarmos prioridade  
658 como perspectiva, aí elas voltam. Porque nem sempre elas são alcançáveis, e isso gera uma tensão que,  
659 por um lado o movimento tem que ter clareza dessa contradição, não para se acomodar, mas para  
660 ter um senso histórico, uma perspectiva estratégica, por outro lado também o poder público não pode,  
661 em nome da correlação de força, justificar todas as impossibilidades. Então, a discussão política é  
662 sempre necessária. E levando em conta, inclusive, que as perspectivas aqui são várias, entre nós, então eu  
663 acho que esse é um debate extremamente importante. A outra coisa é o seguinte, é que as ideias  
664 feministas são, no geral, capturadas, enquadradas, e as sujeitas, autoras das ideias são sempre  
665 descartadas, a gente tem uma luta por reconhecimento de autoria. E quando você descarta a autoria  
666 feminista, você automaticamente reenquadra essa ideia feminista, e o feminismo perde força e  
667 legitimidade. Por isso acho que é sempre fundamental a discussão política teórica, sociológica, da  
668 experiência prática do movimento feminista, do movimento sindical, de todos os outros movimentos,  
669 quando a gente está discutindo a questão das políticas públicas. Na questão da reforma política, a  
670 participação política é estratégica, a desigualdade do poder é estruturante da situação. E a questão  
671 do trabalho à luz da divisão sexual do trabalho, porque esse, para mim, é o campo primordial da  
672 estruturação da desigualdade. Já a questão da autonomia econômica das mulheres é complexa porque vai  
673 se desdobrar em várias questões que já foram colocadas aqui; não é só ter um trabalho remunerado,  
674 mas trabalho remunerado *versus* proteção social *versus* creche *versus* um monte de coisa e essa  
675 relação entre autonomia econômica e violência, porque acho que a autonomia econômica também é  
676 um campo fundamental de superação da reprodução da violência contra as mulheres, porque você  
677 precisa ter as medidas protetivas e punitivas estruturadas. Temos um profundo desafio no CNDM, no  
678 movimento de mulheres e na academia, de recolocar a questão política, teórica, filosófica, da  
679 violência contra as mulheres. Porque no senso comum e nos partidos conservadores a violência é  
680 tomada a partir da mulher como vítima; ninguém quer pensar as causas estruturais que a

681 produzem. Então, sobre a violência se produz uma espécie de comoção e fica só no campo da proteção,  
682 inclusive desenvolvendo sentimentos nobres e liberais de como enfrentar essa questão. As causas  
683 estruturais da violência sexual e doméstica desse sistema acabam sendo escamoteadas por uma  
684 perspectiva vitimista, quase que como destino. **Vera Machado/REF** considerou importantíssimo que  
685 se pensasse em ter como objetivo e como prioridade o espaço político da SPM. A SPM precisa ser  
686 fortalecida politicamente para executar e dialogar com a sociedade sobre a importância das políticas  
687 públicas para as mulheres. Esse espaço articulado com os organismos governamentais estaduais e  
688 municipais é importantíssimo para fortalecimento do PNPM. **Maria das Graças/MAMA** considerou  
689 fundamental o debate em torno da reforma política, da violência e do trabalho na pauta de prioridades  
690 do conselho. Focou sua fala na discussão sobre o tema trabalho dizendo que uma das conquistas do  
691 feminismo deveu-se a persistência de ter trazido o debate do trabalho para sua agenda e que  
692 algumas políticas que se implementaram desde o Governo Lula temos que ter muito cuidado para  
693 que se transformem em políticas de Estado, referindo-se, particularmente, ao Programa de Aquisição de  
694 Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entende que esses  
695 programas dialogam com a autonomia econômica das mulheres por se traduzir num aspecto decisivo  
696 na vida das trabalhadoras rurais e no reconhecimento das trabalhadoras rurais como produtoras. A  
697 ausência da reforma agrária coloca em risco e ameaça o projeto da sociedade no campo que é a  
698 agricultura familiar. Considera fantástico haver um ministério que foca a sua atuação para o  
699 fortalecimento, para a implementação de programas e políticas que digam respeito à permanência da  
700 população rural na terra e informou que a população do Pará está vivendo um período em que a farinha  
701 de mandioca está quase fora da mesa de suas famílias. O ano 2013 é um ano muito importante para o  
702 debate d agroecologia, porque 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar e será realizado  
703 no Brasil o 2º Encontro Nacional da Agroecologia. Portanto, precisamos avançar nessa discussão e  
704 criar indicadores para chegar ao final do ano e dizer conseguimos implementar % do PNPM. Apontou  
705 também a importância do encontro dos conselhos estaduais e municipais, mencionando o excelente  
706 encontro nacional realizado junto aos conselhos estaduais e das regiões metropolitanas no mandato da  
707 ministra Nilcéa Freire. E finalizou dizendo, deveríamos, ainda nesse ano, realizar o segundo encontro  
708 com as presidentas dos conselhos, como uma das formas de valorização dessas instâncias de controle  
709 social e fortalecermos a participação social. **Rosane da Silva/CUT**, referindo-se ao tema da violência,  
710 colocou a importância de pensá-la em todas as outras dimensões, porque a violência que as mulheres  
711 sofrem no seu dia a dia não é só a física, tem as violências invisíveis; as violências sofridas nos  
712 espaços do trabalho como o assédio moral. A Secretária **Lourdes** acrescentou nas prioridades da SPM  
713 e do CNDM essas dimensões da violência estão contempladas, incluindo o tráfico de mulheres.  
714 **Maria das Dores/AMNB** referiu que uma das prioridades que tem que ser retomada pelo CNDM é o  
715 enfrentamento ao racismo, porque debater esse tema é se abrir para o novo. E quando se abre para o  
716 novo você passa a conhecer a realidade. E exatamente o livro “As mulheres negras na primeira pessoa”,  
717 que trás as falas de mulheres negras de todas as regiões do país, retrata a questão do racismo institucional  
718 como um dos sofrimentos delas. Se a SPM trouxer esse debate estará dialogando com 49,9% de  
719 mulheres negras desse país. Destacou também a questão do quesito cor, porque o racismo que nós  
720 enfrentamos nos nossos estados, além da negação dessa política, é exatamente a inexistência e  
721 invisibilidade dessas mulheres dentro da própria política pública. Reforçou, ainda, a questão da saúde,  
722 propondo que se debata também e com ênfase, a saúde da mulher negra. E a discussão sobre a reforma  
723 política. Outros pontos que considerou importantes para o debate: os grandes projetos que estão  
724 afetando a vida das mulheres na Amazônia, principalmente as que moram na zona rural; a questão da  
725 agricultura familiar; e as creches, pelo que representam para a autonomia econômica das mulheres,  
726 principalmente das mulheres negras. **Maria Goretti/LBL** retomando o que foi discutido na última  
727 reunião, quando apresentou os dados registrados no Brasil dos crimes contra homossexuais, trazendo  
728 especificamente o recorte para lésbicas. Esses dados estão todos registrados, resultado do estudo feito  
729 por um grupo gay da Bahia. Diz que continuam muito preocupadas, porque em nosso país a homofobia  
730 aumenta a cada dia e por isso, traz mais uma vez o tema para que conste nas prioridades do CNDM. E  
731 acrescentou, sabemos que as políticas públicas são insuficientes, mas também sabemos que através  
732 da transversalidade da SPM e do CNDM podemos realizar o que planejamos com relação ao eixo IX de  
733 enfrentamento ao sexismo, ao racismo e a lesbofobia. **Marilda Castelar/CFP**, creio que nesse momento  
734 para que possamos fazer valer a grande maioria das propostas, que concordo plenamente, é pensarmos  
735 nas estratégias de comunicação e de fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais. Atuar na  
736 ampliação desses conselhos e no papel que lhes compete, de controle social e defesa da  
737 implementação de políticas para as mulheres. Eu acredito que precisamos ocupar os espaços das redes

738 sociais e explorar outras formas de comunicação que deem conta de chegar à juventude, para que  
739 possamos dar sequência às pautas das mulheres e efetivar as propostas. **Teresa Sacchet/MDA** diz que  
740 gostaria focar no Item VII, que é questão de fomentar e desenvolver ações para a autonomia, aqui  
741 entendida como a econômica e a social, eu colocaria pessoal, econômica social e política das mulheres.  
742 Destacou a questão da inclusão produtiva nos meios rural e urbano como temas fundamentais para a  
743 questão da autonomia econômica das mulheres, então, pensar em termos de capacitação, de  
744 incentivos às mulheres agrícolas são questões fundamentais. Nesse sentido, considera a creche como a  
745 grande ação que deve nos mover, por estar nos três ou quatro diferentes tipos de autonomia já  
746 pontuadas, relacionando-se com a divisão sexual do trabalho e as dificuldades das mulheres de  
747 inserir-se no mercado de trabalho e no mundo da política. Quanto à representação política feminina,  
748 ponderou que estamos no ano pré-eleitoral, e sabemos que nos indicadores de igualdade de gênero  
749 internacional temos o pior indicador em termos de representação política. Sabemos que só temos  
750 8,8% de representação de mulheres na Câmara dos Deputados; 12% como vereadoras e 16%  
751 senadoras. A nossa representação política é uma das piores da América Latina e acha que o conselho  
752 precisa pensar estratégias para mudar essa realidade. Temos dito que a reforma política é fundamental.  
753 Temos uma CT que pode contribuir para essa questão. A Secretária **Lourdes** reforçou a sua fala  
754 dizendo, nessa questão, temos que pensar duplamente, nas mulheres candidatas e nas mulheres que  
755 votam, porque não se tem feito nada junto às mulheres que votam, só temos centrado na representação.  
756 **Magaly Marques/Casa Civil** a minha preocupação é com mulheres quando seus filhos saem da idade da  
757 creche e entram no ensino fundamental, ensino de meio turno e elas precisando sair para trabalhar,  
758 geralmente em tempo integral. Gostaria de colocar também a questão da escola de tempo integral que  
759 seria um grande ganho para essas mulheres, porque elas não precisariam mais deixar seus filhos em  
760 casa entregues a todo tipo de violência. **Gláucia Morelli/CMB**, referindo-se à lei de responsabilidade  
761 fiscal, considera uma lei antissocial porque está sendo usada para travar o orçamento público, propõe  
762 que SPM assuma a organização de seminários e chame o Congresso Nacional para discutir a  
763 reformulação da mesma, visando possibilitar o governo popular atender às necessidades da sociedade  
764 através das demandas apontadas pelos movimentos sociais. Precisamos lutar para que o orçamento  
765 brasileiro se volte para o povo brasileiro. **Carmen Foro/CONTAG** trazendo questões voltadas ao tema da  
766 autônoma. Informou que na Marcha das Margaridas foi feita uma pesquisa (que o IPEA ainda não  
767 divulgou), que tratou de como as mulheres leem a condição econômica delas, e da ausência de uma  
768 reforma agrária para garantir esse processo de autonomia. Ressaltou que apesar do PAA, PNA,  
769 PRONAF, da existência de uma cesta de políticas públicas, as mulheres rurais não têm terra. Então, se  
770 não mexermos nas questões estruturais para onde vamos? Nós, mulheres do campo temos vivido  
771 situações muito interessantes e desafiadoras como as quase 80 histórias dos grupos produtivos de  
772 mulheres que leu recentemente e lhe dão a certeza de que as políticas públicas como a PAA, PNA,  
773 chegaram lá e isso tem ajudado profundamente a qualificar a vida das mulheres. Mas uma questão que  
774 lhe chamou atenção, no que leu da realidade daquelas mulheres é que as mulheres estão fazendo escala do  
775 seu trabalho para poder dar conta de gerar renda e cuidar da família, dos filhos e da casa. A  
776 necessidade de creches no meio rural, no assentamento, onde as casas são longe para atender as  
777 mulheres que não tem com quem deixar seus filhos, ou, para aquelas que se utilizam da escala de  
778 produção de renda, umas trabalham pela manhã e outras à tarde. Sobre a necessidade de uma  
779 articulação com as esferas governamentais e com o controle social, entende que essas políticas  
780 públicas precisam transformar de verdade a vida das mulheres, pois não é só ter um dinheirinho a  
781 mais no bolso que se transforma a realidade. Reconhece que essa articulação não é fácil, e cita uma  
782 pesquisa realizada num projeto de saúde e gênero da CONTAG que revelou a resistência dos prefeitos  
783 em reconhecer a violência contra as mulheres na área da saúde. Defendeu a necessidade de  
784 aprofundamento dessas questões, focando no tema da reforma agrária como algo que tem a ver com a  
785 discussão e modelo de desenvolvimento e dos desafios pautados. Todos os programas da SPM são  
786 muito importantes, mas eles alteram muito pouco a realidade das mulheres. **Graciela Rodriguez/**  
787 **Equit**, na sequência, defendeu que as prioridades do CNDM se voltem um pouco mais ao âmbito  
788 internacional que colocaria no MERCOSUL, pois vivemos situações incertas em sistema internacional  
789 em época de crise global. O Brasil tem um papel importante em relação aos BRICS para moldar o  
790 sistema multilateral numa governança global e mais democratizada. O Brasil está ficando cada vez  
791 mais isolado na região. O processo de integração regional está localizado no MERCOSUL, enquanto  
792 outras regiões vão assinando acordos de livre comércio com os Estados Unidos e com o resto do  
793 mundo. Então, na verdade, teríamos que, pelo menos, começar a nos conscientizar de que se o Brasil  
794 através de uma integração regional, que começa no MERCOSUL, consiga colocar suas importantes

795 questões, senão esse modelo de desenvolvimento não será modificado. A reforma agrária não funciona,  
796 não porque não se queira, precisamos considerar o contexto geral e internacional. Acho os movimentos  
797 sociais um pouco desmobilizados, as responsabilidades ou são remetidas ao governo, ou ainda não  
798 encontram receptividade. Acho que o CNDM tem também suas responsabilidades, se chamasse à  
799 discussão desses problemas mais gerais poderia ajudar as organizações sociais inseridas nesse debate.  
800 Este modelo de desenvolvimento deve ser uma constante preocupação de todas nós e a SPM tem que  
801 ser chamada a contribuir nessa perspectiva. Portanto, colocaria como proposta maior ênfase na  
802 discussão coletiva sobre o papel social do MERCOSUL e na sua ampliação. **Estela Aquino/ABRASCO**  
803 reforço e apoio a proposta feita por Graça com relação à necessidade de planejarmos uma reunião com  
804 os conselhos. Comentou que esteve presente no que ocorreu na época da Ministra Nilcéa, e que foi  
805 muito importante o diálogo estabelecido com os conselhos. Sugeriu que seja avaliada pela SPM a  
806 possibilidade de realização de uma nova reunião e se possível ainda nessa gestão. A proposta que eu  
807 queria fazer é em relação à densidade da discussão que está se dando aqui. Estamos discutindo  
808 prioridades no momento onde mais da metade do conselho será renovada. Ainda que a maior parte das  
809 entidades consiga emplacar e retornar ao novo mandato é muito comum a substituição das pessoas.  
810 Portanto, acho que seria muito importante que pudéssemos produzir um balanço crítico dessa gestão. E  
811 que o mesmo servisse de base às novas conselheiras que comporão o novo mandato, no sentido de  
812 assegurar as bases da nossa reflexão, e contribuir na sua continuidade. Então, a minha proposta é que  
813 tivéssemos uma reunião exclusiva antes da renovação do conselho para realizar esse balanço crítico. E  
814 que nessa reunião em que discutimos as prioridades do CNDM ao ser degravada seja disponibilizada  
815 para trabalharmos os seus conteúdos e que não gere apenas uma ata. Que as falas sejam sumarizadas com  
816 o fim de elaboração de um documento base, para servir de preparação a esse balanço crítico. O que se  
817 discutiu aqui já é material da nossa reflexão, e eu não sei bem como viabilizar isso, não sei se é  
818 possível uma consultoria para pegar esse material e organizar sob a forma de um documento. Na  
819 reunião que fizemos do balanço crítico, sugiro que algumas falas das câmaras técnicas subsidiem a  
820 reflexão na perspectiva do que se avançou. O conselho se renovou na sua formatação, temos cinco  
821 anos de funcionamento no seu novo formato, então, essa avaliação seria a forma de contribuirmos  
822 elaborando um registro histórico da nossa reflexão. Mais do que atas, porque as atas são importantes  
823 como material de registro. Para finalizar, queria só fazer um alerta, porque eu sou epidemiologista,  
824 trabalho com dados quantitativos na perspectiva da avaliação de políticas. Então, queria dizer que  
825 quando os dados, quando a frequência dos eventos aumenta, às vezes, é porque aumenta, às vezes é  
826 porque se torna visível e as pessoas passam a registrar. Então, algumas falas que eventualmente vem  
827 dizer, as nossas políticas, por exemplo, de violência, não estão sendo eficientes, não estão sendo  
828 efetivas porque a violência está aumentando, o que está aumentando é o registro. Na década de 70 a  
829 violência contra a mulher, a violência de gênero não existia, era uma coisa que não existia. Hoje  
830 temos um registro de sistema, inclusive, nos sistemas de saúde, então, estamos conferindo  
831 visibilidade. É só um alerta para que não interpretemos equivocadamente aquilo que também fruto  
832 de uma política bem sucedida de visibilização da violência para a nossa sociedade. A Secretária  
833 **Lourdes** em relação à fala de Estela comentou: além de considerar esses dois aspectos em  
834 relação à violência que você coloca, eu acho que não dá para desconsiderar, nesse momento, que  
835 há uma receptividade e houve uma mudança em relação aos órgãos de acolhimento das práticas de  
836 violência. Houve um capital duplo, econômico e simbólico, sobretudo na área da segurança pública e no  
837 judiciário em relação à qualificação dos agentes públicos. Isso faz com que hoje as pessoas, não só  
838 dos segmentos populares femininos como também da classe média, tenham acesso à delegacia  
839 especializada porque têm uma receptividade melhor, porque já existe uma cultura instalada, Então, acho  
840 que esse é o outro lado que temos também que considerar. **Sônia Zerino/CNTI** esclareceu que neste  
841 Conselho representa a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, na qual há um programa  
842 que é realizado através de plenárias realizadas em todos os estados. Executamos o programa realizando  
843 seminários, oficinas, *workshop*, de acordo com as demandas das trabalhadoras. Falamos sobre  
844 violência, assédio sobre a mulher e sobre a legislação pertinente; sobre as políticas públicas para a  
845 mulher e preparamos as trabalhadoras para participarem das conferências. E respondeu à  
846 companheira Rosane, dizendo que quando mencionou as centrais, no dia anterior, se referia as cinco: a  
847 Nova Central, a CTB, a UGT, a Força Sindical e a CGTB. Mas que gostaria muito que a CUT se  
848 somasse a elas. Informou que nas atividades realizadas em alguns municípios foi detectado em alguns  
849 deles o interesse de instituir conselhos, mas os prefeitos ainda não sancionaram a lei. E que já passou a  
850 lista desses municípios à SPM a relação. A proposta é ajudar para que os municípios efetivem a lei de  
851 criação dos conselhos. Espera-se que a SPM converse com esses prefeitos no sentido de que eles

852 sancionem as leis que criam os conselhos. **Carla Bezerra** comunicou que na Secretaria Geral funciona a  
853 Secretaria Nacional de Juventude, onde está se organizando, em parceria com a SPM, um seminário para  
854 as jovens mulheres. E para a organização desses seminários foi constituído um GT com a  
855 participação da sociedade civil para discutir as prioridades. Então, julguei que seria interessante  
856 acrescentar aqui que dentro dessas organizações de jovens feministas militantes do movimento de  
857 mulheres, os temas prioritários têm muita relação com o que foi discutido aqui, que é justamente a  
858 articulação entre trabalho e educação, principalmente para a juventude. Temos o desafio muitas vezes de  
859 conciliar estudo e trabalho, o que dialoga com a demanda por creches. Aqui foi muito colocado se  
860 pensar a demanda de todas as mulheres. A demanda por creche é uma das prioridades do governo.  
861 Além disso, foi rapidamente colocado o tema da reforma política. Gostaria de apontar a importância da  
862 fiscalização em alguma das ações da SPM para sabermos como estão sendo utilizados os 5% do  
863 fundo partidário destinado para a formação política das mulheres. Acho que seria um tema importante,  
864 porque isso, inclusive, poderia gerar um acúmulo de forças para outros avanços na questão do debate da  
865 maior participação das mulheres, espaço de poder. Daí por fim, coloco o interesse da Secretaria Geral  
866 em integrar o Comitê Consultivo do Observatório de Gênero. **Rosa de Lourdes**/Coordenadora do  
867 CNDM, aproveitando a última colocação de Carla esclareceu sobre a existência de uma vaga de  
868 representação do Governo no mencionado comitê e indagou das conselheiras se essa auto-indicação  
869 seria pelo Pleno legitimada, o que foi respondido afirmativamente por aclamação. A Secretária  
870 **Lourdes**, antes de passar a coordenação para a Ministra, contou da proposta que resultou da discussão  
871 feita sobre as prioridades do CNDM que, dada a sua densidade, a sua qualidade, e por ter tratado de  
872 questões estruturais, que se transformasse em um documento base para o CNDM, que servisse de  
873 subsídios às conselheiras do novo mandato. Informou a Ministra que a discussão foi muito densa e  
874 muito importante, e, que, além de serem colocadas prioridades do Conselho, foram colocados  
875 princípios políticos para a sua atuação. A sugestão é de que a discussão que foi gravada seja  
876 disponibilizada, em vez de fazer uma simples ata, uma simples memória; que fosse transformada num  
877 texto base, do ponto de vista político do conselho, para que na mudança das conselheiras não se  
878 perdessem os rumos da nossa gestão até o final de 2014. Temos que ver a nossa forma de viabilizar  
879 isso, na próxima reunião do conselho ou que se convoque extraordinariamente uma reunião do  
880 conselho para dar conta dessa tarefa. A Ministra **Eleonora** reassumiu a coordenação, agradecendo a  
881 Secretária Lourdes por ter coordenado a reunião. Reiterou a informação sobre as comemorações do 8 de  
882 março no Planalto junto com a Presidenta Dilma que anunciará o programa de enfrentamento a  
883 violência contra as mulheres. É um programa de governo coordenado pela SPM e que terá atuação  
884 interministerial junto ao MJ, o MS, o MDS, a Casa Civil e o ME e reiterou o convite às conselheiras.  
885 Informou também que consta na programação a entrega do 1º Prêmio a mulheres representantes de  
886 grupos produtivos de trabalhadoras rurais; **Carmen Foro**/CONTAG falou de sua participação na  
887 comissão julgadora e dos quase 80 grupos que analisou o que mais lhe chamou atenção nos relatos foi o  
888 tema do trabalho doméstico e a necessidade de creche para seus filhos. Constatou que nenhum dos  
889 grupos que estão trabalhando para gerar renda e fortalecer sua autonomia econômica não tenha que  
890 dividir esse tempo com os afazeres domésticos. Em seguida, a Ministra **Eleonora** complementou seu  
891 informe dizendo que, na segunda fase dessa premiação, uma equipe da SPM iria até os grupos para  
892 conhecer de perto as realidades dessas mulheres. E referiu-se ao outro Prêmio, Mulheres Negras  
893 Contam sua História, lançado na semana da consciência negra, 20 de novembro, detalhando todo o  
894 processo de sua execução. Finalizou informando da publicação dos conteúdos dos dois prêmios.  
895 Entrando em outro ponto de pauta informou que a Secretária **Vera Soares** e a Coordenadora da Saúde da  
896 Mulher **Rurany Éster** iriam relatar a articulação, no âmbito do governo, para a organização do  
897 Seminário sob a coordenação do Ministério da Saúde, que terá como objetivo avaliar a Política  
898 Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). O Conselho já definiu os nomes das duas  
899 representantes que irão representá-lo no mencionado Seminário, **Maria José Araújo** (RNFS) e **Estela**  
900 **Aquino** (ABRASCO). Segundo a Ministra avaliou-se de extrema importância que a SPM, através da  
901 SAIAT, provocasse essa reflexão da PNAISM, visando subsidiar a discussão entre nós na perspectiva de  
902 tirar a posição do CNDM. Passou, então, a palavra à Secretária **Vera Soares** que, após agradecer a  
903 Ministra, informou sobre a possibilidade do adiamento do Seminário, por razões logísticas. Em  
904 seguida, apresentou a nova Coordenadora da Saúde da Mulher da SAIAT, **Rurany Ester Silva**. Em  
905 relação ao mencionado Seminário considerou que o Ministério da Saúde tomou uma decisão bastante  
906 positiva ao anunciar a sua realização que contará com a participação de várias lideranças históricas do  
907 movimento de mulheres pela saúde para um público de 340 pessoas. Nesse momento em que as  
908 reservas de passagens e de hotéis estavam feitas, veio a notícia do seu adiamento por razões de

909 impossibilidades logísticas. Fizemos uma reunião da coordenação, nós da SAIAT e o MS, integramos o  
910 GT que prepara esse seminário, o adiamento é inevitável. O objetivo do seminário é fazer uma  
911 revisão da PNAISM e ao mesmo tempo o Ministério da Saúde pretende que essa política seja pactuada na  
912 tripartite e discutida no Conselho Nacional de Saúde. Nos dias 26 e 27 deste mês realizaremos uma  
913 reunião no Ministério da Saúde sob a coordenação da Área Técnica da Saúde da Mulher, junto às  
914 redes e organizações nacionais que atuam nesse campo, no sentido de ouvir as avaliações que têm em  
915 relação à PNAISM, particularmente os desafios para sua implementação. O objetivo dessa reunião é  
916 consolidar o conjunto de sugestões em uma proposta para incorporar à do Ministério, que vem sendo  
917 construída. A Secretária **Vera Soares** alegou, talvez pudéssemos aproveitar a próxima reunião do  
918 conselho, caso o seminário seja posterior a ela, para apresentar o que o governo já tem sistematizado e  
919 cotejar com a posição do CNDM. Acho que podíamos ouvir as experiências e o que as representantes  
920 que estão aqui têm a apresentar como sugestão em relação à PNAISM. **Rurany** sugeriu iniciar a  
921 conversa a partir dos eixos da Política de Saúde e pensar algumas questões da PNAISM para além do  
922 que está sendo realizado. Pensar na atenção obstétrica, por exemplo, que está contemplada no Programa  
923 Rede Cegonha. Como também na morte materna, que teve nos últimos anos uma redução bem  
924 significativa, mas falta qualificar ainda mais a atenção ao pré-natal, porque os dados têm revelado que a  
925 sífilis congênita ainda acomete algumas mulheres. Cita, ainda, mulheres que chegam na hora do parto  
926 sem o teste de HIV, atestando que a qualidade da atenção ao pré-natal ainda não é a ideal. Na  
927 proposta estratégica da Rede Cegonha da assistência ao pré-natal as ações estão sendo dadas, mas o  
928 que se percebe é que há necessidade de mais qualificação. Na minha avaliação, a qualificação  
929 profissional é fundamental para a melhoria do atendimento às mulheres, só assim é possível avançar  
930 na implementação da saúde integral das mulheres, em todas as fases de suas vidas. Outro aspecto da  
931 PNAISM diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. A sexualidade das mulheres que buscam  
932 atendimento na rede pública nem é mencionada, principalmente as mulheres idosas. Geralmente o  
933 profissional da saúde acha que a mulher idosa só precisa tratar da hipertensão, diabete e não se vê  
934 situações relacionadas à sua sexualidade. Outros problemas que apontamos dizem respeito aos métodos  
935 anticoncepcionais que chegam às Unidades, mas que muitas vezes não são oferecidos, o profissional  
936 nem sabe de sua existência; a notificação dos casos de violência é outro exemplo, como é que as  
937 mulheres têm sido atendidas nas Unidades? Como fazer para garantir que essa notificação seja feita  
938 em todos os serviços de saúde, da assistência social, da educação, só para citar alguns. Trabalhar com os  
939 jovens a temática da sexualidade; da prevenção do HIV e das doenças transmissíveis, é de importância  
940 capital. Trabalhar as questões das mulheres negras, como por exemplo, a mulher gestante com anemia  
941 falciforme, como tratar e melhorar esse atendimento? Quais são os medicamentos indicados? O uso dos  
942 métodos anticoncepcionais para essas mulheres tem que ser diferenciado, não é indicado qualquer  
943 método. Outro aspecto que poderíamos focar é nas mulheres trabalhadoras com relação às condições  
944 do ambiente do trabalho. Como avançar nas questões de saúde que atingem as mulheres que moram na  
945 zona rural, do campo, da floresta. E as indígenas? A mortalidade materna nas mulheres indígenas está  
946 muito alta. As mulheres negras morrem muito mais que as mulheres brancas. Destaca também os  
947 problemas das mulheres em situação de prisão, tais como saúde reprodutiva e sexual, acesso a  
948 exames, medicamentos, teste para prevenção do HIV/AIDS e das DSTs, além de sérios problemas de  
949 saúde. Considera “imprescindível trabalhar junto com o Ministério da Justiça para que as mulheres  
950 carcerárias tenham também acesso à justiça. Muitas de nós estamos no processo de climatério,  
951 alcançando ou tendo alcançado a terceira idade, em que há alterações dos hormônios, da sexualidade,  
952 da libido, daí a indagação: como cuidar das mulheres nessa fase da vida? Portanto, são esses aspectos  
953 que trouxe para provocar a discussão entre nós. Finalizo afirmando que a PNAISM é completa,  
954 contém todas as ações para atender à diversidade das mulheres. Na sequência, **Lúcia**  
955 **Rincon/UBM** toma a palavra para indagar, a iniciativa da organização desse seminário foi  
956 impulsionada por algum fato ou é resultado de algumas discussões? O que motivou que essa discussão se  
957 tornasse a ordem do dia? E comentou: de vez em quando somos pegadas de surpresa com alguns  
958 projetos que aparecem no Congresso Nacional e que nos fazem sair correndo para algumas  
959 incidências. Minha proposta é realizarmos um levantamento do que é que está ocorrendo no  
960 parlamento, que projetos estão tramitando. Talvez essa iniciativa ajudasse para estarmos politicamente  
961 preparadas e incidir nas questões sensíveis às mulheres”. **Estela Aquino/ABRASCO** esclareceu as  
962 indagações feitas por Lúcia, na realidade, quando fomos escolhidas, eu e Maria José para representar o  
963 conselho, reivindicamos que esse assunto viesse a esse Pleno para que pudéssemos fazer uma  
964 representação e não simplesmente levar a nossa opinião. Acho que não é exatamente o que a gente tem a  
965 fazer, isto é, formular uma proposta, mas ouvir as conselheiras em relação ao tema para que nos

966 subsidiem. **Carmen Foro** (CONTAG) ponderou que talvez pudéssemos organizar para outro Pleno  
967 um momento para um debate mais aprofundado sobre as questões que aqui foram colocadas. Imagino  
968 que é necessário ter um momento de conversa, de diálogo, de aprofundamento para melhorar a nossa  
969 estratégia de atuação, até porque a saúde realmente é carregada de questões e os desafios são muitos.  
970 Considero muito importante esse formato de encaminhamento que tem sido trabalhado nas nossas  
971 reuniões, de ter pessoas responsáveis que cuidam de temas absolutamente estratégicos e  
972 importantes para o conjunto da vida das mulheres do nosso país com temas absolutamente relevantes  
973 provocando discussões e apresentando elementos que estimulam e enriquecem o debate. **Lúcia**  
974 **Rincon/UBM** argumentou que, se o seminário foi primeiramente uma decisão da Área Técnica da  
975 Saúde da Mulher e do Ministério da Saúde, e nós fomos convidadas enquanto SPM para participar e  
976 definirmos que tipo de participação teríamos quero esclarecer que uma coisa é a SPM, a outra é o  
977 conselho. O conselho é o órgão de controle social da SPM, então tem uma representação autônoma no  
978 seminário. Quando as conselheiras indicaram a Estela e a Maria José, evidente que elas participarão  
979 com a vastíssima experiência que cada uma tem, mas vão representar uma discussão feita aqui entre  
980 nós do conselho. Enquanto a SPM participará basicamente com a Rurany e mais outra pessoa. A  
981 Ministra esclareceu que neste momento estamos discutindo nossa participação na própria organização  
982 desse seminário, que vai tocar em pontos fundamentais, críticos e sérios da PNAISM. Sua preparação  
983 está sendo construída através do diálogo com a sociedade civil, com o movimento de mulheres e  
984 feminista. **Estela Aquino/ABRASCO** entende que vai ser difícil essa relação do conselho com as  
985 políticas, porque como é o órgão que reúne sociedade e governo, ele tem uma função primordial de  
986 controle social, mas também de monitoramento das políticas. Ora a sociedade civil tem posições que  
987 nem sempre são unânimes, porque temos aqui várias representações, composições divergentes; ora tem  
988 posições que podem até se contrapor. Nesse sentido, sugeriu a redação de uma carta do conselho  
989 expondo alguns princípios que norteassem as ações da saúde das mulheres. Não seria um documento  
990 extenso, mas que apontasse algumas posições, o que seria uma coisa boa para o seminário e para nós  
991 que estaremos lá representando o Conselho, como também para o conselho por ganhar visibilidade  
992 nesse espaço. Como exemplo apontou alguns temas caros para o conselho, como a questão da violência  
993 institucional ressaltando que se deixarmos essa questão apenas para os médicos essa discussão não  
994 levará a nada, pois a visão e a formação deles não alcança esse tipo de discussão. Quem tem de levar  
995 a discussão nos serviços de saúde sobre o racismo, sexismo e a lesbofobia somos nós. Outro tópico  
996 que considera importante é em relação à força de trabalho dos profissionais da saúde que é  
997 majoritariamente feminina e que vem enfrentando uma série de problemas, inclusive, do ponto de  
998 vista da progressão, ocupação de postos, de mando, mesmo na enfermagem aonde é 98% de  
999 mulheres, os pouquíssimos homens nessa profissão ocupam cargos de diretores, de coordenadoras,  
1000 estão no COREN. Então, existem relações de poder assimétricas dentro da saúde. Sugeriu que o  
1001 conselho poderia indicar alguma posição mesmo um ou dois parágrafos, sinalizando essas situações  
1002 e a necessidade de que sejam enfrentadas, sejam visibilizadas, sejam tratadas ao se fazer a  
1003 implementação do programa. Do ponto de vista da política propriamente, acha que atualmente  
1004 vivemos um dilema que não é próprio só da PNAISM, está presente em outras políticas, mas que  
1005 combina medicalização e intervenções desnecessárias. Hoje é mais fácil você exigir e ter um ultrassom  
1006 da gestante do que fazer um exame para sífilis, ou um teste rápido de HIV. Por outro lado, temos altos  
1007 índices de cesariana, práticas que estão hoje completamente condenadas, e isso se vê também na  
1008 assistência ao aborto, porque os resultados dos estudos mostram que as mulheres chegam lá só para  
1009 acabar uma curetagem e pronto, são despejadas de novo na vida sem receber orientação sobre  
1010 contracepção, sobre riscos de gravidez, nem a prevenção de uma nova gravidez indesejada está  
1011 sendo feita nos serviços. Disse que o CNDM deveria explicitar o princípio da integralidade como  
1012 o desejável, retomando-o não como uma retórica, mas como algo que tenha alguma concretude e  
1013 que se expressa em ações que não estão sendo contempladas. Por último destacou o uso da ciência  
1014 para respaldar decisões técnicas, alegando que hoje se preconizam uma série de ações no serviço de  
1015 saúde que nos inícios do feminismo, do novo feminismo, da segunda onda do feminismo, as feministas  
1016 já denunciavam como, por exemplo, terapia hormonal que está condenada como rotina e os médicos  
1017 no Brasil continuam prometendo qualidade de vida; fazer mamografia de seis em seis meses ou de  
1018 ano em ano fora da faixa de idade, isso tem problemas. **Betânia Ávila/Notório Conhecimento**  
1019 gostaria de dizer sobre a importância desse seminário e até tenho certa expectativa porque em torno  
1020 dele está se criando expectativas e é importante que se crie porque outras já existiram em menor  
1021 proporção. As expectativas levam o Estado a uma responsabilidade maior do que a que ele tem que

1022 representar e acho que ele tem em primeiro lugar que representar a retomada de um diálogo franco e  
1023 conflituoso como deve ser um diálogo entre movimentos, governo, porque a gente cria correlação de  
1024 força na sociedade, porque realização de política pública não é puro ato de vontade de quem está na  
1025 gestão, como não é puro ato de vontade de quem está no movimento, não chega e implanta, quer dizer,  
1026 há uma correlação de força, a gente falou disso de manhã, a correlação de força é difícil e nesse  
1027 campo nós temos poderes fundamentalistas poderosos. Queria dizer que a minha expectativa é da  
1028 retomada de um diálogo que se não está rompido, está enfraquecido nesse campo. Que esse diálogo  
1029 seja um diálogo de cooperação e também de conflito, no sentido que se possa expor essa tensão que  
1030 existe. Então a minha primeira expectativa é em relação a isso. A segunda questão eu queria dizer o  
1031 seguinte, e concordo totalmente com o que a Rurany colocou, quer dizer, nós temos uma questão de  
1032 qualificação e também retomando aqui as questões da Estela eu queria caminhar um pouco nessas  
1033 duas direções. Eu queria dizer o seguinte, quando o país foi instaurado, restituído, constituído,  
1034 reformulado, ele fez uma ruptura com a perspectiva da saúde da mulher que era absolutamente materna  
1035 e, na verdade, não era nem materna das mulheres como mãe, as mulheres eram vistas como aparelho  
1036 reprodutor. Elas tinham o aparelho que tinha que estar funcionando bem para que a sua produção  
1037 fosse uma produção “saudável”, era isso. Então, romantizado, inclusive, porque não havia nenhuma  
1038 política, de fato, de recepção desses novos recém-chegados ao mundo, como diz a Hannah Arendt,  
1039 então era pura demagogia também. O Estado rompeu com essa perspectiva - ainda muito mais no  
1040 campo da sexualidade e da reprodução. A saúde mais geral das mulheres não estava contemplada  
1041 naquele primeiro momento; mas como o Estado trazia uma ruptura e como trouxe um conceito de  
1042 saúde da mulher acabou produzindo muitas outras consequências em termos, inclusive, de visibilidade  
1043 das questões que não estavam claras, por exemplo, de que há uma visão de gênero do que é saúde de  
1044 homem e saúde de mulher. A questão do coração - as mulheres chegam ao serviço com os sintomas  
1045 do infarto, mas não são considerados sintomas de infarto porque é considerado histeria e as mulheres  
1046 morrem por não receber atendimento adequado, isso porque infarto é saúde de homem, quer dizer, o país  
1047 também foi quebrando essa visão maniqueísta e mecânica de que isso atinge os homens, isso atinge as  
1048 mulheres e não sei o quê. Como a Estela colocou tudo isso a partir de uma visão de saúde integral que eu  
1049 acho que também é uma coisa que se perdeu no processo e que precisa ser retomada. A outra questão é a  
1050 seguinte, nunca em momento nenhum deixou de existir uma tensão entre a concepção materno-infantil  
1051 e a PNAISM. A tensão sempre existiu nos municípios, nos estados e na esfera nacional. O que acho  
1052 que caracteriza esses últimos anos é que essa tensão tendeu outra vez para o lado do materno infantil; a  
1053 tensão do lado de cá perdeu força no confronto do movimento, na capacidade de elaboração do  
1054 movimento de avançar com isso, não que a elaboração não esteja sendo feita, está sendo feita,  
1055 inclusive, no espaço da academia, mas o discurso público perdeu força e perdeu força na fala da  
1056 representação dos ministérios nesses últimos anos. Eu queria fortalecer um último campo em que nós  
1057 tanto investimos, que é a relação entre a saúde da mulher e os processos educativos quando  
1058 construímos as oficinas matrizes, as metodologias educativas para gestores e as metodologias  
1059 para as mulheres. Acho que uma coisa absolutamente estratégica é a retomada dos processos  
1060 educativos no interior dos serviços do sistema de saúde e para as mulheres também, inclusive  
1061 campanhas educativas como nós fazíamos nos nossos movimentos e nas nossas organizações. Porque  
1062 quando se falou aqui que o MDA continua com a política de documento para as mulheres é  
1063 impressionante como isso continua sendo importante e como é que a gente convive com questões de  
1064 ponta, modernas e avanço moderno e questões tão antigas, de 500 anos, porque a desigualdade tem 513  
1065 anos, o déficit é muito alto. Parece alguma coisa tão antiga, ter direito a documento, mas é  
1066 absolutamente fundamental e fazendo uma analogia com o que ela colocou de manhã eu queria falar  
1067 uma coisa aqui, a gente precisa retomar processos educativos sobre câncer do colo que pode parecer  
1068 coisas tão antigas, mas as mulheres têm medo do exame e morrem. Esse é o único câncer que é 100%  
1069 evitável. Eu queria também fortalecer isso. Acho que temos que ter uma forte retomada dos processos  
1070 educativos de gestores na área da saúde; processos educativos para dentro do sistema e os processos  
1071 educativos para as mulheres no geral, porque também cuidar da saúde é um aprendizado e é  
1072 também uma forma de politizar e de criar consciência cidadã. Em seguida a Ministra **Eleonora** se  
1073 colocou, dizendo que a proposta feita por Estela, do Conselho fazer uma carta, um documento, é  
1074 fundamental. Se vocês concordarem, tendo em vista a importância dessa discussão, podemos defender  
1075 junto ao Ministério da Saúde uma data para a realização desse seminário. A minha opinião é que se  
1076 realize ainda no primeiro semestre, mas que tenhamos um tempo para o aprofundamento. Esse  
1077 seminário é de extrema importância, e é de extrema importância essa articulação entre a SPM e o  
1078 Conselho. Acho fundamental o Conselho ter esse espaço para discutir. **Ângela Nascimento/SEPPPIR**

1079 acrescentou: na minha perspectiva, esse seminário vai poder contribuir também para nós, enquanto  
1080 ministérios com pautas distintas, mas que temos na saúde da mulher uma política intersetorial e  
1081 transversal. Nós, enquanto SEPPIR, temos conversado com as mulheres negras de movimentos e  
1082 também com pesquisadores negros, e, recentemente tivemos uma oficina com pesquisadores e  
1083 pesquisadoras negras que trouxeram problemas seríssimos do ponto de vista do uso de alguns  
1084 medicamentos, por exemplo, o Captopril. Homens e mulheres negras que usam esse medicamento  
1085 não apresentam os mesmos efeitos que apresentam para a população branca, portanto precisamos ter  
1086 incidência a esse respeito. Aproveito a oportunidade para dizer que a SEPPIR parabeniza a SPM por  
1087 esta iniciativa em provocar essa discussão, e, é com prazer que temos uma representante nossa no  
1088 CNDM, que dará continuidade à discussão dessa temática. Para tanto, nos colocamos à disposição,  
1089 porque temos dentro da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas uma equipe que, mesmo  
1090 pequena, vem tentando trabalhar para o monitoramento de políticas de saúde e dentro do PPA. Se  
1091 analisarmos o PPA (2012-2015), temos em comum a SPM na área de saúde da mulher, a SEPPIR na  
1092 área de redução mórbida e da mortalidade das mulheres negras e temos o próprio MS, sem falar nas  
1093 outras pautas que também fazem elo. Então, no momento em que se realiza esse seminário,  
1094 resgatando, inclusive, princípios que estruturam o avanço da política de saúde da mulher, cabe a nós  
1095 enquanto governo reconhecer que essa construção faz parte do próprio patrimônio de construção das  
1096 políticas no país. **Estela Aquino**/ABRASCO pede a palavra para sugerir que além dela e da Maria  
1097 José, pudéssemos contar com a colaboração da Betânia também. Ela tem uma série de posições que  
1098 hoje explicitou e que não é só pela saúde. Mas acho que ela tem um acúmulo, uma reflexão com uma  
1099 densidade que poderia nos ajudar a construir a carta que circularia na lista para agregar outras  
1100 contribuições e questionamentos nos preparando assim para o seminário. A Ministra **Eleonora**  
1101 concordou em aumentar para três as conselheiras que representarão o CNDM no seminário, não vê  
1102 problema algum. Nesse momento, **Betânia** aceitou e como o Pleno não se manifestou  
1103 desfavoravelmente deliberou-se pelas três representações. **Vera Machado**/REF, dirigindo-se às demais  
1104 conselheiras sugeriu que os conteúdos dessa discussão fossem levados às organizações que todas  
1105 representam. Alegou ser importante que os estados representados no CNDM tenham oportunidade de  
1106 discutir e avaliar a política de atenção integral à saúde das mulheres alegou que seria uma excelente  
1107 contribuição. Depois de agradecer a presença e contribuição de Ângela/SEPPIR, a Ministra deu  
1108 por encerrado esse ponto de pauta, anunciou as boas vindas às companheiras do CFEMEA, **Guacira**  
1109 **Oliveira** e **Gilda Cabral** a quem agradeceu por terem aceitado o convite para exporem sobre as  
1110 mudanças do ciclo orçamentário do governo federal e as implicações para o controle das ações e das  
1111 políticas para as mulheres. **Guacira** assumiu a fala, dizendo, nós estamos muito agradecidas pelo  
1112 convite e muito felizes em poder estar aqui. Queria dizer para vocês que esse é um espaço para nós,  
1113 do CFEMEA, muito importante. Para nós, o Conselho, como espaço de controle social é um lugar  
1114 também da voz, da força, da expressão do movimento, do movimento de mulheres e feministas e da  
1115 nossa possibilidade de negociação das políticas públicas, de maneira que para nós estarmos aqui é  
1116 muito importante. A nossa contribuição aqui consta de uma apresentação eletrônica que tem por  
1117 objetivo subsidiar o debate sobre as novas metodologias do PPA (2012-2015) e da LOA, visando  
1118 exatamente fortalecer o controle social, no caso aqui, sobre as políticas públicas para as mulheres. Em  
1119 seguida apresentou o *power point* sobre o PPA (2012-2015) e a LOA, trazendo informações e dados  
1120 atuais que, segundo suas análises, apresentam “evidente prejuízo decorrente da desvinculação entre os  
1121 grandes objetivos e metas governamentais (PPA) do Orçamento propriamente dito”. Além da grande  
1122 perda de informações que foi causada pela redução no número de programas. Após a apresentação, a  
1123 Ministra **Eleonora**, só para exemplificar, relatou que antigamente existia um programa de atenção  
1124 básica, depois surgia outro. Para acompanhá-los só precisava apenas um clique no código específico de  
1125 cada um dos programas, e, imediatamente a pessoa tomava conhecimento do recurso designado para  
1126 determinada área da saúde. Atualmente, cada uma das informações virou objetivo, isso é o que se chama  
1127 de agrupamento de informações, porque antigamente você tinha cada informação específica.  
1128 **Guacira**/CFEMEA, respondeu ser esta “um pouco da situação que trouxe para a nossa reflexão” e  
1129 passou a palavra para **Gilda Cabral**, do Conselho Deliberativo do CFEMEA, que iniciou indagando:  
1130 diante dessa situação, quais são as propostas que estamos sugerindo para o Conselho? Acabamos de  
1131 colocar na frente da mesa de cada uma de vocês um resumo do estudo que fizemos sobre essa situação e  
1132 com essa rápida apresentação, que só deu para colocar as manchetes dos problemas. Mas vocês têm pelo  
1133 menos um resumo de 10 páginas do estudo que fizemos com os principais problemas, os  
1134 principais desafios e uma série de anexos que explicam um pouco melhor a situação e também  
1135 apontam as propostas que exporemos agora. Nessa área da transparência, da informação, do

1136 monitoramento, do controle social, sou uma otimista incurável e acho sempre que o governo está  
1137 cheio de gente bem intencionada, o movimento também. Temos que somar forças, temos que somar o  
1138 governo, porque o pessoal não sabe o que é este negócio de planejamento com enfoque de gênero,  
1139 como parte da perspectiva da desigualdade; se não formos nós, se não for o Conselho da Mulher,  
1140 que é o espaço de controle social para levar essas questões para o pessoal do planejamento, não  
1141 avançaremos. Para uma informação ser democrática, tem que permitir a quem a usa agrupar ou  
1142 desagregar na medida das suas necessidades. Por mais que o pessoal seja esperto, ninguém consegue  
1143 imaginar todas as necessidades das pessoas. Então, o sistema do SIOP, que a Guacira apresentou aqui, é  
1144 o sistema que o governo diz que vai democratizar todas as informações. É um sistema ótimo, integra  
1145 planejamento e orçamento, é uma maravilha, mas ele tem, sim, que ser aperfeiçoado. E o papel das  
1146 conselheiras, do Conselho desta SPM é trabalhar nesse aperfeiçoamento, isso é fundamental. Porque as  
1147 pessoas que estão na SOF, na SPI, que são os dois órgãos do Ministério do Planejamento e que  
1148 cuidam do SIOP, são bastante abertas para discutir essas modificações, essas alterações. Alegou que  
1149 já esteve várias vezes naqueles espaços, enquanto CFEMEA, mas que na verdade essa influência é muito  
1150 limitada, mas se somando com a SPM e com o CNDM conseguiremos avançar. O problema maior do  
1151 SIOP é porque a recuperação dele e da informação é por palavra chave e você coloca, por exemplo,  
1152 saúde da mulher aí não vem a Rede Cegonha, porque ele é concebido por palavra chave. Ele não  
1153 tem um campo de indexação no Congresso. Se você colocar PNPM como era a ideia inicial, não sei se  
1154 está no plano, se não está, não sei se o gestor executou alguma ação, algum empenho, algum  
1155 compromisso de recurso que tem a ver com a população feminina. O pessoal está com a maior boa  
1156 intenção, está querendo aperfeiçoar o sistema e é uma oportunidade única nessa LDO de se  
1157 aproveitar melhor esse campo orçamentário. Quais são as maiores limitações do Plano Orçamentário?  
1158 É porque ele é facultativo, depende do gerente fazer ou não e ele não está na lei, nem é  
1159 obrigatório, nem nada. Para você modificar o plano tem que ter o ok da SOF, ou seja, o que  
1160 antigamente era feito no Congresso agora é na SOF. Ele tem que ser obrigatório, mas tem que preservar  
1161 a autonomia do gestor de modificar ali os valores, porque ninguém vai fazer. Então são algumas  
1162 coisas que são fundamentais. E o Conselho deve se apropriar das limitações e das possibilidades de  
1163 modificar dentro dessa nova metodologia para etiquetar o gasto com as mulheres. Temos que ter as  
1164 informações, não esse absurdo de informação que o governo dá e que ninguém sabe, porque cada *site*  
1165 do governo traz uma informação diferente. O Portal da Transparência diz uma coisa, o da SPM diz  
1166 outra, o SIOP diz outra. Primeira proposta, a Agenda Transversal, o governo pegou o PPA e fez  
1167 várias agendas transversais; foi muito criticado quando agrupou todos os programas, disse que era  
1168 para poder permitir a transversalidade. Essa Agenda Transversal é um compromisso da SPI para  
1169 apresentar no Interconselhos, em junho, todos os recursos, todos os programas, objetivos e metas do  
1170 governo em relação à agenda de gênero das mulheres. O próprio PNPM pode ser a Agenda  
1171 Transversal do governo, não precisa ter duas coisas. Tudo é uma coisa só, o governo é um só, então o  
1172 plano das mulheres que contou com a mobilização de milhares de mulheres do Brasil, através da  
1173 realização das conferências em todas as esferas do governo, é o produto mais representativo que temos  
1174 em termos de políticas para as mulheres. Então, o plano pode ser maior do que o PPA; a Agenda  
1175 Transversal é o que está no PPA, o plano obviamente tem que ser maior do que o que está no PPA  
1176 porque você pode modificar o PPA anualmente, se está no plano e não está no PPA é onde somaremos  
1177 esforços com a pressão e mobilização nossa na sociedade e junto ao órgão de controle social para  
1178 podermos avançar. A segunda proposta é que o PNPM tem que ter o rebatimento. Esse novo plano vai  
1179 sair sem o rebatimento da ação orçamentária, mesmo que fosse genérico, teria muitos erros mais do  
1180 que antigamente, mas seria importante, porque se você tem um plano que não tem recursos não é um  
1181 plano, é uma lista de boas intenções e não nos interessa e nem a SPM existir para divulgar boas  
1182 intenções. A SPM existe para divulgar ações e o que o governo está fazendo para implementar  
1183 políticas que combatam e diminuam as desigualdades sociais. Então contar com recursos é fundamental  
1184 para o plano. **Guacira**/CFEMEA comentou: o plano anterior, 2008/2011, como eu mostrei para  
1185 vocês, colocava qual era a ação orçamentária. O rebatimento das ações é fundamental, senão não vai  
1186 existir nenhum controle sobre o orçamento que financia o PNPM. Estamos dando um passo adiante. O  
1187 Fórum Interconselhos do PPA, onde todos os Conselhos estão participando, essa é a briga de todos  
1188 para que possamos controlar e avançar no sentido da negociação com o Ministério do Planejamento,  
1189 com o Governo Federal de uma maneira geral, para uma maior transparência. É fundamental que no  
1190 PNPM esteja claro a ação orçamentária que corresponde a cada uma de suas prioridades. **Gilda**  
1191 **Cabral** continua: em termos de propostas concretas nós temos dois momentos, o Orçamento - eu  
1192 acho que todo mundo sabe, você tem a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem o PPA que é

1193 o Plano Pluri Anual de quatro em quatro anos e a LOA, que é a Lei de Orçamento Anual. Agora a  
1194 SOF, nos próximos dias estará orientando os ministérios para fazerem o orçamento de 2014. O  
1195 Congresso hoje está aprovando tudo que o governo manda em nível de orçamento. Há uns dez anos  
1196 você tinha três possibilidades de autonomia, hoje você tem trinta e tantas. O que temos de espaço para  
1197 preservar e para poder ter informação e monitorar o gasto público são os espaços de controle social  
1198 dentro do governo. Hoje é o poder executivo que está assumindo o papel de transparência, é um  
1199 avanço. Hoje o governo está ouvindo os espaços de controle social, as entidades, o CFEMEA também  
1200 participa junto com outros movimentos de mulheres, a AMB e outras entidades também participam  
1201 desse Fórum Interconselhos para dar sugestões à LDO, o que é muito interessante. O Plano  
1202 Orçamentário (PO) é obrigatório, já tem inclusive a justificativa. A proposta é podermos andar para  
1203 frente em cima desses PO's obrigatórios. Tem que ser obrigatórios, preservando a autonomia do gestor,  
1204 mas tem que ter uma codificação também, porque no orçamento tudo tem código, tem número,  
1205 então é um sistema de busca e de recuperação a partir de palavras chaves. Temos o planejamento todo  
1206 trabalhado para passar as informações para vocês que não tem que gastar tanta energia com isso. Tem  
1207 um problema sério de tempo, um calendário que tem que ser observado. Então, é urgente uma ação dos  
1208 órgãos que têm essas políticas de combate às desigualdades junto ao planejamento para o envio de  
1209 propostas incorporando a perspectiva de gênero, da discriminação racial e outros aspectos que precisam  
1210 de informações mais detalhadas para a elaboração do orçamento de 2014. O planejamento do governo  
1211 não é feito a partir dessas perspectivas, portanto, o Conselho tem que estar atento e mostrar que ainda  
1212 existem desigualdades para com as mulheres. Hoje, das informações que temos acesso, não temos  
1213 condições de manter como estava lá o orçamento mulher, vamos manter alguma coisa mais pontual,  
1214 mais focada. Estamos negociando e isso pode ser uma negociação tripartite. Temos que manter este  
1215 espaço e recuperar as informações, seja orçamentária ou financeira de forma que se monitorem de fato  
1216 as prioridades. Tem outra coisa na LDO, os nomes fantasia, Brasil Carinhoso, Brasil Sem Miséria.  
1217 Esses programas estão no sistema e monitora a Presidenta que tem todas as informações, porque  
1218 etiquetou o gasto. O que é do Brasil Sem Miséria está lá nesses POs, está o Brasil Carinhoso, a Rede  
1219 Cegonha, se a Presidenta disser: "Eu quero um relatório agora", na hora está pronto. Essa  
1220 possibilidade técnica já existe dentro do Executivo, o que precisa é o compromisso político, é onde  
1221 entra o papel do órgão do controle social para fazer isso. Nós precisamos saber o recurso da política  
1222 para as mulheres, o instrumental já está todo pronto, é uma questão de aperfeiçoar. Se a Presidenta  
1223 tem, por que é que nós outras não temos também? Então, entendendo o monitoramento do recurso  
1224 público como um direito de cidadania, não é complicado. Orçamento é fazer política e nisso nós  
1225 somos boas, isso é um instrumento político, muita gente tem que entender o orçamento como  
1226 instrumento político e a informação sobre o recurso um direito que soma e a gente consegue muito  
1227 mais recurso. Finalizou dizendo que para avançarmos teremos que somar esforços e ter capacidade de  
1228 mobilização e de pressão do movimento social com a SPM e com o CNDM e dizer: a SPM precisa de  
1229 mais dinheiro. A Ministra **Eleonora** agradeceu a excelência da apresentação de **Guacira** e **Gilda** e abriu  
1230 o debate. **Maria do Rosário**/MPOG apresentou-se e localizou o lugar do seu trabalho, na SPI, e disse  
1231 que iria esclarecer alguns pontos. "Com relação aos programas temáticos acho que é importante frisar  
1232 que eles foram pensados para retratar a política pública como um todo, então a quantidade de  
1233 programas não influi na qualidade da informação, pelo contrario, estávamos mais preocupados em  
1234 deixar transparecer para a sociedade os compromissos do governo, e também as especificidades das  
1235 políticas e isso conseguimos. Agora, com essa nova metodologia, conseguimos mostrar a  
1236 capacidade que o programa tem para executar as políticas. Você tem razão, houve um enxugamento no  
1237 número de programas do PPA, nós tínhamos 300 e tantos programas, agora só temos 65 programas  
1238 temáticos, mas isso não implica em perdas de informação, muito pelo contrário, agora ficou mais fácil  
1239 para a sociedade ver onde o governo está pretendendo chegar. A outra questão é com relação às ações  
1240 orçamentárias, não se perdeu a vinculação, porque no volume II da LOA conseguimos ver as  
1241 iniciativas. Então, você olha no PPA, vê uma iniciativa e vai no orçamento, se aquela iniciativa tem  
1242 recurso orçamentário estará no volume II do orçamento e aí você verifica qual é ação ou ações que  
1243 estão vinculadas àquela iniciativa. Porque na realidade, o PPA não tem só iniciativas  
1244 orçamentárias, tem também iniciativas que consideramos normativas, ou de articulações com órgãos  
1245 que não precisam ter o orçamento. O PPA, como era nos últimos anos, se transformou muito mais  
1246 em um orçamento plurianual com todo o detalhamento das ações orçamentárias dentro dele, em que  
1247 se perdeu um pouco a função de planejamento. Então, a mudança na metodologia foi uma tentativa  
1248 de resgatar a função de planejamento e também de melhorar a linguagem para a sociedade,  
1249 mostrando os aspectos específicos de cada política. Conseguimos verificar porque às vezes em uma

1250 meta ou em uma iniciativa se diz qual é o instrumento que vai ser usado para a implementação  
1251 daquela política, então estávamos tentando fazer um trabalho, um esforço do governo, em ser mais  
1252 transparente para a sociedade. Com relação aos POs, na realidade, eles preservam as ações;  
1253 realmente o PO só passa a existir a partir de 2013, em 2012 não existia essa categoria. A  
1254 Secretaria de Orçamento Federal fez um esforço de tentar convencer os órgãos a abrir suas ações em PO  
1255 justamente para que pudéssemos manter o acompanhamento, o monitoramento daquilo que está sendo  
1256 executado. E fora o Interconselhos houve um compromisso do governo de disponibilizar as  
1257 informações sobre a execução dos POs. A outra questão com relação às Agendas Transversais, nós  
1258 estamos agora neste momento no processo de atualização das Agendas Transversais, porque elas  
1259 foram elaboradas como um exercício do Ministério do Planejamento para tentar mostrar a  
1260 transversalidade das políticas. No Fórum Interconselhos foram selecionadas oito agendas de públicos  
1261 específicos que serão objetos de monitoramento da sociedade. Nós, das CTs de Orçamento e  
1262 Planejamento e de Monitoramento do PNPM, nos reunimos ontem, estamos trabalhando para tentar  
1263 conciliar o PPA, o PNPM e a Agenda Transversal, para dar conta da questão da Agenda Transversal. O  
1264 Conselho recebeu um ofício da Secretaria Geral orientando como deveriam ser os trabalhos. Nós  
1265 temos alguns limites e alguns itens não podem ser alterados. Então, vamos tentar realmente respeitar  
1266 as orientações que nos foram dadas. Mas eu queria lembrar que o PNPM tem ações que não estão no  
1267 PPA. Foram decididas na Conferência e que não estão no PPA, mas eu tinha feito um levantamento ainda  
1268 no ano passado, se não me engano, 87%, algo assim, do que está no Plano está no PPA. Isso eu acho  
1269 que é um grande ganho para a SPM e para todas nós que acompanhamos essa política. Então, vamos nos  
1270 reunir para fazer esse trabalho de atualização da agenda, porque a agenda foi feita com o olhar do  
1271 governo e queremos ter o olhar da sociedade. Esse trabalho não é só com o CNDM, a Secretaria  
1272 Geral mandou um ofício para todos os Conselhos que têm alguma agenda para acompanhar. Nós temos  
1273 até o dia 20 de março para entregar a proposta de atualização das agendas. Também já chegou à  
1274 secretaria do Conselho um ofício do Ministério do Planejamento solicitando indicação de Conselheiras  
1275 da CT de Planejamento para acompanhar a elaboração da LDO 2014, ou seja, isso está mostrando que  
1276 o governo está tendo uma mudança, está querendo a participação social, está se esforçando para  
1277 isso. Nós estamos em um processo em construção, não é ainda perfeito, mas estamos tentando acertar.  
1278 **Gilda Cabral** responde, estou aqui testemunhando a grande boa vontade do planejamento de incorporar  
1279 isso, mas sabemos que as políticas para as mulheres não é prioridade de governo, nunca foi em canto  
1280 nenhum, ainda vai demorar décadas para ser. Então, o que vejo é que temos que somar esforços e  
1281 aproveitar esta boa vontade e andar para frente para ter compromisso que independentemente de qual  
1282 seja o governo, exista o compromisso do Estado. A realidade é que hoje não temos mais informação,  
1283 não há como etiquetar o gasto das mulheres, já era difícil antes, hoje é praticamente impossível, não  
1284 estou questionando a melhor das boas intenções. Isso aqui é um fórum político de controle social,  
1285 mas fundamentalmente a consequência das nossas ações e das nossas propostas aqui, reivindicações,  
1286 o que for, é político, então não dá para eu influenciar outro governo, tenho que influenciar esse. Essa  
1287 informação da Agenda Transversal que você trouxe do dia 20 de março é fundamental, pois é a nossa  
1288 grande oportunidade de avançar. Com relação à informação que 87% das ações do antigo Plano está no  
1289 PPA, eu participei da elaboração. Hoje acho que a ideia é ver o que saiu das conferências e o que está  
1290 no plano, mesmo não estando no PPA inserir lá como uma forma de pressão e de mobilização para  
1291 destinar recurso para as ações que faltam. Porque a legitimidade de um processo onde você tem  
1292 participação de milhares de pessoas no Brasil inteiro é muito grande, é muito mais que um  
1293 planejamento decidido aqui nas mesas de Brasília. O que acho é que o plano tem que ser maior que a  
1294 agenda transversal. A agenda transversal, sabemos é limitada, é o que está no PPA, por isso é que tem  
1295 o plano e tem a Agenda Transversal, uma coisa não substitui outra. O processo de participação hoje no  
1296 ciclo orçamentário é no executivo, não é mais no legislativo, se abriu a LDO vai abrir a LOA também,  
1297 mas temos que estar de plantão e sempre alertas. **Gláucia Morelli/CMB** acho que precisaríamos  
1298 problematizar um pouco mais, o disputar o orçamento, uma coisa é disputar o orçamento entre  
1299 parceiros com os mesmos objetivos, no caso, entre os ministérios. Eu fiquei analisando uma série de  
1300 informações que também é isso que você falou, quando se tem muita informação às vezes é para não  
1301 tomarmos pé da informação essencial, porque fica aquele bando de informação e você não consegue  
1302 enxergar o que é essencial para está instrumentalizada e poder lutar. Mas, por exemplo, até  
1303 setembro na execução orçamentária em 10 meses foi pago juros e amortizações da dívida pública  
1304 mais do que foi investido em um ano e seis meses no nosso PAC2 que tem muitas ações que diz  
1305 respeito às mulheres. Perguntei à **Maria do Rosário/MPOG** antes de começar essa discussão, como  
1306 era estabelecido esse superávit primário. Pela lei que obriga a isso ser, quanto por cento do orçamento

1307 ou não tem? Ou se poderia ser criada para podermos colocar um limite nessa gula externa em cima das  
1308 nossas riquezas, para fazermos uma disputa saudável entre os parceiros e uma disputa unida dos  
1309 parceiros contra o inimigo que eu considero principal de todas as ações necessárias de políticas públicas  
1310 que o nosso governo tem sido capaz de elaborar e que nós queremos demais. A outra coisa é essa  
1311 questão da redução de juros e do superávit primário está encampado agora no documento de dez  
1312 pontos da coordenação dos movimentos sociais que a confederação faz parte e vai tomar as ruas e  
1313 acho fundamental para podermos colocar base para a nossa Presidenta Dilma. E concluindo é a  
1314 questão também das conselheiras poder ter algum instrumento, um seminário, alguma coisa, para  
1315 discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal e as travas que ela criou para não chegarmos à execução do  
1316 orçamento daquilo que foi planejado. **Graciela Rodriguez/Equit** – Gláucia colocou questões muito  
1317 amplas e que não dá também neste âmbito de poder resolver até porque acho que tem coisas que  
1318 não são da legislação, mas que são de disputa de poder. Por mais que a constituição tenha 12% de  
1319 taxas de juros, essas só conseguiram abaixar no ano passado com muito esforço político e é um  
1320 combate de disputa de poder mesmo, e não é só no Brasil. É um combate de uma política internacional  
1321 que está em um momento realmente muito interessante, mudando a cara da política unipolar para outro  
1322 estágio, mas, enfim, isso é conversa para outro seminário inteiro de dois ou três dias. Agradeço a  
1323 apresentação, esse é um tema que muitas de nós não conhecemos e não dominamos, então fica sempre  
1324 muito difícil entrar e acompanhar a discussão, mas também ao mesmo tempo acho, não sei se entendi  
1325 todas as questões que foram colocadas, às vezes entendi algumas questões que Guacira colocou,  
1326 mas não entendi as respostas que a Maria do Rosário deu no sentido de que não adianta ser uma  
1327 questão de fé, você diz: “Não, estava fazendo muito esforço para resolver, que seja mais informação,  
1328 mas ao invés de se agregar juntamos.” Bom, é de fé entender porque se agrega você tem mais  
1329 informação, na verdade, é aparentemente o contrário. Eu quero uma explicação de porque que foi  
1330 agregado, porque se não, se você me disser que a intenção é melhorar a transparência, mas você me diz  
1331 que passa ser de todos os programas, isso me dá a informação, estamos esperando dá uma informação,  
1332 agora me dá aperfeiçoamento do SUS, é um eufemismo genérico, está entendendo? Eu quero que você  
1333 explique se não é fé. Outra coisa que eu queria entender quando você também fala de disponibilizar os  
1334 planos orçamentários. Guacira tinha dito que as ações se tornaram planos orçamentários, mas que  
1335 eles são facultativos, então você está falando da publicidade aos facultativos que aparecem? Quais  
1336 seriam? Aí também uma pergunta para a Secretaria Lourdes. Quer dizer, podemos pensar que o nosso  
1337 orçamento continue sendo como foi mais ou menos, enfim, quando era obrigatório fazer as ações  
1338 orçamentárias? Que possamos ter essas informações porque senão também nós, por exemplo, no  
1339 caso da Secretaria seria um retrocesso não ter plano orçamentário, porque nós já tivemos isso. Então  
1340 para nós, no caso a Secretaria, por exemplo, seria um retrocesso. A mesma coisa com as Agendas  
1341 Transversais, ontem eu falava para você no caso da política externa está aí uma ação que é  
1342 completamente limitada, o plano das mulheres seria muito mais amplo nas propostas. Então, para  
1343 que fazer um exercício se a Ministra disse ontem que o PNPM está referendado por 16 Ministérios? Para  
1344 que fazer um exercício dentro do Ministério do Planejamento por uma coisa que já passou etapas  
1345 enormemente democratizadas e fantásticas? **Maria do Rosário/MPOG** – Bom, quando falei do  
1346 Programa de Aperfeiçoamento do SUS, mas não só ele, vários programas foram enxugados, você  
1347 consegue ver as políticas por meio dos objetivos, se você for muito rigoroso especificamente nesse  
1348 Programa de Aperfeiçoamento do SUS, ele tem 13 objetivos. No caso do PNPM, antes tínhamos  
1349 três programas e agora temos dez objetivos que espelham a política para as mulheres. Tem questões  
1350 de autonomia, tem a questão da violência, tem a questão da transversalidade das políticas, tem todos os  
1351 arranjos e articulações que a SPM está tentando fazer com os demais órgãos do poder executivo. Se  
1352 você mergulhar no anexo I do PPA e der uma lida na programação vai conseguir ver que a política  
1353 está lá como um todo e não está mais com aquela linguagem técnica como antes, mas com uma  
1354 linguagem mais acessível. Com relação aos POs, a Secretaria de Orçamento Federal achou melhor  
1355 não mudar o orçamento ainda em 2012 para se apropriar da nova metodologia do PPA, a mudança  
1356 ocorreu para 2013, era no sentido também de flexibilizar a execução orçamentária. Tinha uma ação em  
1357 2012 para defesa de direitos, outra ação de referências, uma ação de educação e uma ação voltada para  
1358 poder decisão. Todas essas ações agora estão embaixo de uma ação maior que é a promoção de políticas  
1359 de igualdades de direitos das mulheres. Então, não é que o Ministério ou o órgão vão deixar de fazer  
1360 aquilo, vai fazer, só que vai ter uma maior possibilidade de remanejar recursos entre ações. Sabemos  
1361 da dificuldade dos ministérios, eles têm que publicar edital, esperar que os estados apresentem o projeto,  
1362 analisar, isso tudo demora muito, e se aí no final, na hora que vai repassar o recurso não consegue  
1363 repassar por alguma questão de inadimplência, o recurso fica perdido. Então, era nesse sentido de

1364 flexibilizar a execução orçamentária, por isso que algumas ações foram aglutinadas, foi no sentido de  
1365 melhorar para que os ministérios pudessem realmente ter facilidade da implementação de suas políticas.  
1366 Com relação à Agenda Transversal e você falou da política externa, a Agenda Transversal de Política para  
1367 as Mulheres é um exercício que a gente selecionou 22 programas, 52 objetivos e 217 metas que tem  
1368 alguma questão de gênero ou de mulher, mas voltada para a política para as mulheres. Lá no programa  
1369 temático de política externa existe aquela linha, aquela meta que trata da questão de gênero, mas isso  
1370 não significa que seja só aquilo, tanto que agora neste momento vamos fazer uma atualização, vamos  
1371 nos reunir as duas câmaras e tentar verificar se existe mais alguma coisa para incluir naquele programa.  
1372 Mas vamos usar o PNPM para trabalhar, vamos usar o PPA e o plano e se você olhar no PNPM tem  
1373 metas da questão internacional, no próprio programa 2016. A Ministra **Eleonora** externou sua  
1374 preocupação sobre a solicitação das integrantes das CTs de Planejamento e Orçamento e de  
1375 Monitoramento do PNPM de realizar uma reunião no dia 4 de março, argumentou dizendo que, do  
1376 ponto de vista financeiro era inviável, uma vez que todas conselheiras estão convidadas a participarem  
1377 das comemorações do 8 de março junto com a Presidenta Dilma. Ao final fez um apelo às integrantes  
1378 das duas CTs que repensassem a necessidade dessa reunião e indicassem outra data. Em seguida a  
1379 Secretária **Lourdes** solicitou a palavra para colocar duas questões que julgou estarem cruzadas, mas  
1380 que teriam de ser especificadas por uma questão de continuidade das atividades do CNDM. Uma  
1381 questão é discutir o orçamento na luta política, que é o que o Conselho tem que fazer, outra questão é o  
1382 orçamento concreto que tem a ver diretamente com o PNPM.. Não que uma seja desarticulada da  
1383 outra, mas que tem procedimentos que são próprios. A apresentação do CFEMEA é da luta política  
1384 que tem um resultado concreto. E na luta política nós o ano passado estivemos, fizemos e  
1385 desencadeamos ações, ou seja, nós estivemos com a Célia Corrêa no Ministério do Planejamento, na  
1386 SOF, o que nós demandamos? Nós demandamos a garantia da aprovação da LDO, o que não  
1387 ocorreu. Fizemos essa luta, ratificamos a entrega do documento das 200 assinaturas que o CFEMEA  
1388 nos encaminhou Esta foi uma luta política que fizemos. Dessa luta política fizemos várias questões  
1389 para que garantíssemos parte da missão da SPM que foi a dimensão da transversalidade e o  
1390 compromisso que temos com os movimentos sociais e, no caso, com as deliberações da Conferência. A  
1391 outra questão que é importante também é que temos um plano anual de política para as mulheres que é o  
1392 resultado das demandas da Conferência que, aliás, nem tudo é do ponto de vista orçamentário. Na  
1393 última reunião do Comitê de Monitoramento do PNPM destacamos uma pessoa da SPM para ir a  
1394 todos os ministérios para, literalmente, ajudar preencher as suas ações articuladas que não dependem  
1395 do nosso orçamento, mas estão vinculadas a ele, que é a dimensão da transversalidade. Porque as  
1396 nossas ações finalísticas são muito pequenas do ponto de vista do conjunto das ações. Então, temos que  
1397 ter uma clareza, nós temos um plano orçamentário que não está atrelado ao PNPM por várias razões,  
1398 dentre elas que nós pela primeira vez e com a ajuda do planejamento cotejamos todas as ações do  
1399 nosso plano com aquilo que era possível cotejar com o PPA. Segundo, o nosso plano orçamentário, é  
1400 feito por cada uma das três Secretarias com todas as ações discriminadas e com um orçamento  
1401 específico que é solicitado. Nós contamos com um orçamento que no ano passado foi de 104  
1402 milhões, mas que a perspectiva para esse ano seja de 47 milhões. Nós contamos com um conjunto de  
1403 emendas que a gente tem uma luta política. Eu acho que o Conselho poderia ser muito mais incisivo  
1404 junto aos parlamentares para que as emendas fossem dirigidas à SPM. Nós temos o SIG/SPM que é o  
1405 sistema de controle em que preenchemos, juntamente com os ministérios, as ações com os respectivos  
1406 orçamentos. O ideal seria que ao final de cada semestre as ações que foram realizadas fossem  
1407 especificadas no sistema. Nem todos os ministérios fazem isso semestralmente. Portanto, nem todas  
1408 as ações podem ser colocadas semestralmente, mas é importante que se diga primeiro que isso não  
1409 foi feito entre 2010 e 2012, e que há uma dificuldade de alguns ministérios em preencher no sistema  
1410 suas ações. Maria do Rosário acompanha, porque ela é uma das antigas membras do Comitê de  
1411 Monitoramento e a Margarida desde o passado, entre outras, sabem das dificuldades dos ministérios.  
1412 Qual é a nossa estratégia política que foi discutida na última reunião? É que cada Ministério crie o seu  
1413 Comitê de Gênero para que se responsabilize não só para indicar as ações orçamentárias, para  
1414 indicar o valor orçamentário das ações e parceria, mas para preencher e manter o sistema atualizado. É  
1415 claro que temos o maior interesse em acatar todas essas contribuições de transparência que o  
1416 CFEMEA nos trouxe, só que temos que caminhar conforme as nossas condições. Temos que entrelaçar  
1417 as mãos, pois tem a luta política que é de vocês, nós não estamos eximidas, e a nossa contribuição é  
1418 disponibilizar o que estamos realizando. Nós temos a oferecer o SIG/SPM bem completo, o que nos  
1419 assegurou o preenchimento obrigatório do SIOP que é outro mecanismo que sei, como Gilda colocou,  
1420 que é difícil identificar as ações, mas que vai ter algum jeito de identificar, porque estão garantindo

1421 isso. Como coordenadora do Comitê de Monitoramento do PNPM, quero dizer a vocês que não  
1422 estamos desatentas, pois nosso compromisso é responder ao movimento social, é informar o que é gasto e  
1423 como que é gasto. E que nós temos criado mecanismos que se observarem bem os editais que estarão  
1424 abertos. Como a Ministra anunciou, a partir do dia primeiro de março criamos outra sistemática para  
1425 os editais, inclusive para não ter prorrogação no final do ano. Nos editais criamos outros  
1426 mecanismos para que não se sobrecarregue as prefeituras e os organismos governamentais.. No  
1427 momento essa transparência é em torno do SIG/SPM e do SIOP. Ministra Eleonora, disse: quero  
1428 que saibam que a fala da Lourdes é a fala da SPM e é a fala do gabinete. Lúcia Rincon/UBM esclareceu  
1429 à Ministra a razão pela qual as integrantes das CTs (de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e  
1430 Orçamento) encaminharam a realização da reunião para o dia 4/5. Teria como objetivo aprofundar a  
1431 análise do texto das Agendas Transversais para atender a solicitação da Secretaria Geral da Presidência  
1432 da República mediante cópia do ofício entregue por Rosa de Lourdes às presidentas das mencionadas  
1433 CTs. O mencionado ofício solicita análise e revisão dos conteúdos das Agendas e, se fosse o caso,  
1434 indicação de sugestões para ser entregue até 20 de março. **Rosa de Lourdes** informou a Ministra que  
1435 havia recebido uma cópia impressa com a solicitação de que as conselheiras fossem consultadas a  
1436 respeito das Agendas Transversais. Naquela ocasião a ministra e a chefe de gabinete estavam  
1437 cumprindo agenda fora da SPM, então o assunto foi despachado com a Secretária Lourdes que  
1438 orientou para que fosse solicitado o texto online e repassado às conselheiras das citadas CTs. **Gilda**  
1439 **Cabral** sugeriu que a SOF determinasse que todas as ações que atinjam a população feminina seja  
1440 efetivadas e que tenha escrito no PO a palavra “mulher”. O orçamento é simples, é só etiquetar o  
1441 gasto e há uma forma de fazê-lo, Guacira vai explicita: etiquetar o gasto hoje é uma possibilidade  
1442 concreta diante das limitações que estão colocadas, mas é uma providência imediata, quer dizer, o  
1443 tempo urge com os prazos do ciclo orçamentário. Agora eu acho que a construção desse debate da LDO  
1444 e dos POs que efetivamente tenha consequência no PNPM, quer dizer, que não é só o gasto. Quando se  
1445 faz o orçamento se tem o plano colocado como perspectiva concreta. Eu acho que essa construção tem  
1446 que ser agora. As ações tem que estar agora na LDO para poder estar na Lei Orçamentária de 2014.  
1447 Porque, caso contrário, só vai entrar na LDO de 2015 e aí estaremos falando de outro governo, de outro  
1448 Ministério, de outro lugar. Então, se esse Conselho quiser influir por uma estruturação do orçamento  
1449 tem que etiquetar o gasto já e pensar em uma LDO que tenha POs com o PNPM. E acho que o  
1450 Conselho tem que insistir nessa coisa da Agenda Transversal ser, de fato, o PNPM. Esse Conselho  
1451 existe para monitorar o compromisso governamental durante quatro anos, então que essa Agenda  
1452 Transversal retrate o que contém no PNPM. Queríamos uma vez agradecer e nos colocar à disposição  
1453 para o que for necessário e dizer que vamos tomar iniciativas para poder compartilhar, aprofundar  
1454 mais esse debate, iniciativas junto com a AMB, com a Liga Brasileira de Mulheres, com o Fórum de  
1455 Mulheres e várias outras entidades dos movimentos de mulheres, o diálogo com o governo, é isso.  
1456 Ministra **Eleonora** agradeceu ao CFEMEA, nas pessoas de Guacira e Gilda e estendeu os  
1457 agradecimentos a todas conselheiras que contribuíram nessa discussão. Finalizando a reunião a  
1458 referiu-se ao processo de preparação da transição do novo mandato, dado que em agosto do ano em  
1459 curso encerra o atual. Informou que a proposta de atualização do Decreto e do Regimento Interno do  
1460 CNDM foi feita pelas conselheiras **Magaly Marques/Casa Civil**; **Fernanda dos Anjos/MJ** e **Glória**  
1461 **Percinoto/ABMCJ** e já passou pela aprovação das conselheiras. Está tramitando nos órgãos competentes  
1462 para sua aprovação, para em seguida ser desencadeado o processo de candidatura das organizações e  
1463 estabelecido o pleito eleitoral. A Ministra informou que será mantido o mesmo processo eleitoral: as  
1464 regras serão as mesmas. Deixou claro, entretanto, que será mantida a participação democrática de  
1465 todas as entidades, associações, sociedade civil, ONGs que estejam dentro dos critérios estabelecidos. E  
1466 que na próxima reunião será constituída a comissão eleitoral. E sobre a nota sobre o julgamento do  
1467 estupro coletivo, disse que leu e que não tem nada contra, mesmo porque a SPM já há muito tempo  
1468 vem combatendo esse tipo de atrocidade. Propôs que a aprovação do Pleno seja online. E quanto à  
1469 vinda de vocês para o Ato em comemoração ao 8 de março todas receberão informação sobre a  
1470 definição da data. Terminou agradecendo a presença e participação de todas. Fez um agradecimento  
1471 especial à Secretária Lourdes por ter assumido a coordenação quando da sua ausência. Agradeceu  
1472 também a coordenadora-geral do CNDM Rosa de Lourdes pela boa execução dos trabalhos  
1473 administrativos.

1474 Ata elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Coordenadora-Geral do CNDM